

# VOZES

## SOBRE A INTERVENÇÃO



ANGELA COSTA  
ARIOVALDO RAMOS  
BUBA AGUIAR  
CANDIDO MENDES DE ALMEIDA  
CECÍLIA OLLIVEIRA  
CHARLES SIQUEIRA  
DIEGO FRANCISCO  
DOM LUCIANO BERGAMIN  
EDU CARVALHO  
ELENA LANDAU  
ELIANA SOUSA SILVA  
FERNANDA TORRES  
FILIPE DOS ANJOS  
GABRIEL FUKS  
ITAMAR SILVA  
JESSÉ ANDARILHO  
JOÃO PAULO CHARLEAUX  
JORGE ANTONIO BARROS  
JULIA MICHAELS  
JULITA LEMGRUBER  
LUIZ EDUARDO SOARES  
MARIA CELINA D'ARAUJO  
MONICA WALDVOGEL  
NÍSIA TRINDADE LIMA  
PAULA LAVIGNE  
PEDRO BIAL  
RAULL SANTIAGO  
RENATO PATRÃO  
RODRIGO PACHECO  
SAMIRA BUENO  
TARCÍSIO LIMA  
VALCLER RANGEL FERNANDES  
VINICIUS PIERRE  
WALTER DE MATTOS JR  
WESLEY TEIXEIRA  
Zeca Borges

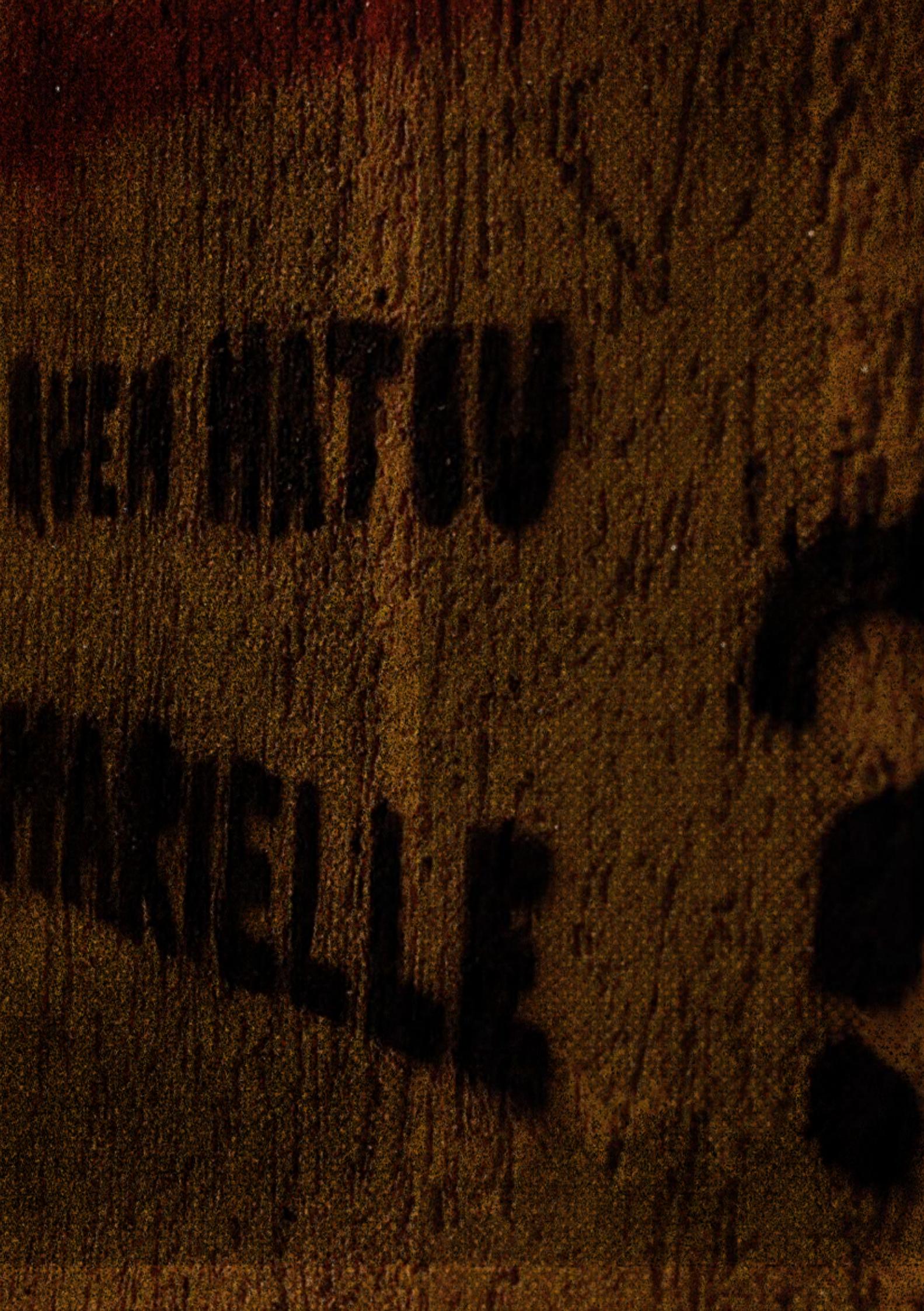
**MILITARES E POLICIAIS**



OBSERVATÓRIO DA  
INTERVENÇÃO

**cesec**

Centro de Estudos de Segurança e Cidadania



# APRESENTAÇÃO

---

Este **Vozes sobre a intervenção** pretende fazer um balanço dos seis meses da intervenção federal na segurança pública do Rio de Janeiro. Além de números e fatos, reunimos aqui textos e depoimentos de 46 pesquisadores, empresários, jornalistas, artistas, gestores públicos, ativistas, religiosos, policiais e militares. Suas dúvidas, análises, crenças, perplexidades e esperanças estão reunidas neste documento histórico, que captura as contradições deste momento no Rio de Janeiro.

O Observatório da Intervenção foi criado dias após o decreto que determinou esta inédita medida de força na segurança do Rio. Seu objetivo é monitorar o impacto da intervenção, difundir informações sobre suas ações, propostas e resultados e incentivar o debate sobre segurança pública. Reunimos, analisamos e divulgamos dados sobre o Rio de Janeiro gerados por diferentes fontes, produzindo avaliações fundamentadas. Desta vez, somamos aos números as opiniões e relatos de moradores da metrópole do Rio de Janeiro.

Não foi tarefa fácil obter as declarações, especialmente de pessoas com perspectivas diferentes da nossa, marcadamente crítica. Mas conseguimos reunir aqui textos representativos dos que acreditam que a intervenção trará resultados positivos. Também trazemos aqui um conjunto de depoimentos de militares e policiais, atores centrais da intervenção que até agora não haviam se manifestado abertamente. Na maioria, eles expressaram frustrações e dúvidas sobre o projeto. Preferimos não publicar seus nomes para preservá-los de críticas e retaliações por parte das suas corporações.

Outro grupo de depoimentos é dos ativistas e lideranças que formam o Conselho do Observatório da Intervenção. Seus relatos trazem a perspectiva de quem vive nos territórios onde os conflitos armados e violações de direitos são rotina. Vida, morte, possibilidades, esperanças e raiva marcam os textos dos conselheiros.

O Observatório da Intervenção agradece a cada uma, a cada um, a contribuição para um debate público mais amplo e diverso sobre a intervenção.



## OBSERVATÓRIO DA INTERVENÇÃO

### Coordenação

Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC) da Universidade Candido Mendes

### Coordenação do CESeC

Barbara Mourão  
Julita Lemgruber  
Leonarda Musumeci  
Silvia Ramos

## EQUIPE DO OBSERVATÓRIO

### Coordenadora geral

Silvia Ramos

### Coordenador de pesquisa

Pablo Nunes

### Coordenadora de comunicação

Anabela Paiva

### Pesquisadores

Pedro Paulo da Silva  
Walkiria Zambrzycki Dutra

### Articulador da rede de ativistas

Wesley Teixeira

### Gerente

Ana Paula Andrade

## CONSELHO DE ATIVISTAS\*

Acari  
Borel  
Caxias  
Cidade de Deus  
Complexo do Alemão  
FAFERJ  
Maré  
Movimentos  
Nova Iguaçu  
Prazeres  
Rocinha  
Santa Marta  
São Gonçalo  
Vila Kennedy

## PARCEIROS NA COLETA DE DADOS

Defezap  
Fogo cruzado  
Onde Tem Tiroteio (OTT) - RJ

## REDE DE ENTIDADES APOIADORAS

Agência de Redes da Juventude, Anistia Internacional, Casa Fluminense, Comissão da Câmara Municipal de Acompanhamento da Intervenção, Comissão de Direitos Humanos da ALERJ, Defensoria Pública Estado do RJ, Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Fórum Grita Baixada, Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas – IBASE, Instituto de Estudos da Religião – ISER, Instituto de Estudos Sócio Econômicos – INESC, Instituto Pólen, Justiça Global, Laboratório de Análise da Violência – UERJ, Luta Pela Paz, Observatório de Favelas, Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão – MPF, Rede Nossas Cidades, Redes da Maré

## AGRADECIMENTOS

Alexandre Ciconello, Arthur Trindade, Cecília Olliveira, Conselheiros do Observatório (nomes não declinados por razões de segurança), Guilherme Pimentel, Henrique Caamaño, Paolo de Renzio, Paula Poncioni, Robson Rodrigues, Yolanda Catão

## VOZES SOBRE A INTERVENÇÃO

### Editora

Anabela Paiva

### Entrevistas

Edu Carvalho, Wesley Teixeira e Silvia Ramos

### Fotos

Capas e página 4: Fernando Frazão/Agência Brasil

Páginas 12, 20 e 21: Tânia Rego/Agência Brasil

Página 28 e 29: Tomaz Silva/Agência Brasil

### Design Gráfico

Refinaria Design

\* Nomes mantidos em sigilo por razões de segurança

# O RIO PRECISA DE UMA POLÍTICA DE SEGURANÇA QUE SALVE VIDAS

---

*Silvia Ramos - Coordenadora do Observatório da Intervenção*

Seis meses após o início da intervenção, já é possível fazer uma avaliação dessa experiência, com base no que foi realizado. Olhando os números, vemos um quadro desalentador. Os índices mais sensíveis permanecem altos, como mortes violentas, tiroteios e chacinas. Houve um crescimento preocupante de ocorrências que denotam descontrole no sistema de segurança pública, como mortes decorrentes de intervenção militar ou policial. A vitimização dos próprios agentes de segurança continua alta.

Depois de seis meses, também é difícil entender os caminhos dos recursos prometidos pelo Governo Federal, e se esse montante será usado, ou não, durante a intervenção. As dezenas de operações militares, que o próprio Exército chama de “faraônicas” e, segundo os porta-vozes da intervenção federal, chegam a mobilizar cinco mil agentes, ao custo de mais de um milhão de reais cada, arrecadaram poucas armas e tiveram efeito reduzido na desarticulação de quadrilhas até agora.

Não bastassem os números, nossa memória da intervenção tem, até aqui, a marca indelével de episódios traumáticos, como os tiros disparados de helicópteros da polícia sobre favelas e a morte do estudante Marcos Vinícius, abatido por tiros originados em um blindado, no Complexo da Maré, quando seguia para a escola. Depois de seis meses, a polícia fluminense, com sua fraca cultura investigativa, não elucidou o crime contra Marielle Franco; não explicou como se deu a chacina da Rocinha, em que oito pessoas foram executadas durante uma operação do Batalhão de Choque, em março; nem investigou as quatro mortes durante operação na Cidade de Deus, em maio. A verdade é que o Gabinete da Intervenção não deu respostas sobre as mais de 600 mortes decorrentes de ação policial ocorridas sob sua gestão. E qual é a taxa de elucidação dos mais de dois mil homicídios ocorridos no estado durante o mesmo período? Ninguém sabe.

O Gabinete da Intervenção continua sem a capacidade de integrar os agentes do sistema de se-

gurança pública do Rio. Oficiais da Polícia Militar pouco são ouvidos nos processos de diagnóstico e planejamento estratégico da intervenção. A Polícia Civil, responsável pela Inteligência no sistema, tem obtido poucos avanços na investigação de quadrilhas, tráfico de armas, chacinas e facções. Em compensação, faz suas próprias operações, multiplicando ações redundantes e tiroteios inúteis. Um balanço de uma das medidas chamadas de “estruturantes” do Plano revela que só quatro, entre os 39 batalhões da PM do Rio de Janeiro, foram vistoriados pelo Exército. Apenas 11 das 66 metas do Plano Estratégico da Intervenção foram cumpridas.

Após seis meses, nos damos conta de que a intervenção federal está testando um modelo de segurança pública baseado em uma concepção militar, que pensa desafios de violência e criminalidade como problemas de guerra, a ser enfrentados por generais e batalhas, e não a partir de mudanças na gestão, fortalecimento da integração, inteligência e foco na redução dos crimes contra a vida. O que está em questão é um modelo de segurança dependente de munições, tropas e equipamentos de combate.

Do nosso ponto de vista, violência e criminalidade são problemas sociais e policiais que podem ser melhor enfrentados com base em diagnósticos, prioridades, definição de metas e prestação de contas. Para isso, capacidade de gestão, transparência e apoio da sociedade são recursos tão essenciais quanto armamentos.

O comando da intervenção não entende que, mesmo ganhando batalhas e mobilizando milhares de agentes em operações, está perdendo a guerra – e, com ele, toda a sociedade do Rio de Janeiro. Estamos perdendo vidas preciosas. Estamos perdendo a disputa moral contra o crime. E estamos perdendo o ânimo com a violência. Mas o Rio de Janeiro não é um caso perdido. É um caso de políticas de segurança erradas. Violência tem solução e políticas de segurança podem salvar vidas – em vez de exterminá-las.

# sumário



EDUCAÇÃO



**6**

ESTRATÉGIAS DA INTERVENÇÃO NÃO PRIORIZAM  
INTELIGÊNCIA E COMBATE À CORRUPÇÃO  
*Walkiria Zambrzycki Dutra*

---

**7**

UMA LUPA SOBRE OS DADOS OFICIAIS  
*Pablo Nunes*

---

**11**

NINGUÉM SABE COMO SERÃO GASTOS OS  
R\$ 1,2 BILHÃO APROVADOS PARA A INTERVENÇÃO  
*Alexandre Ciconello e Paolo De Renzio*

---

**12**

DEPOIMENTOS

---

**34**

EM RESUMO, APÓS SEIS MESES

---

**36**

VIOLÊNCIA TEM SOLUÇÃO  
*Silvia Ramos*

---

<i>Angela Costa</i>	22
<i>Ariovaldo Ramos</i>	24
<i>Buba Aguiar</i>	25
<i>Candido Mendes de Almeida</i>	19
<i>Cecília Olliveira</i>	32
<i>Charles Siqueira</i>	31
<i>Diego Francisco</i>	16
<i>Dom Luciano Bergamin</i>	30
<i>Edu Carvalho</i>	33
<i>Elena Landau</i>	22
<i>Eliana Sousa Silva</i>	18
<i>Fernanda Torres</i>	31
<i>Filipe dos Anjos</i>	14
<i>Gabriel Fuks</i>	19
<i>Itamar Silva</i>	16
<i>Jessé Andarilho</i>	17
<i>João Paulo Charleaux</i>	32
<i>Jorge Antonio Barros</i>	33
<i>Julia Michaels</i>	26
<i>Julita Lemgruber</i>	24
<i>Luiz Eduardo Soares</i>	15
<i>Maria Celina D'Araujo</i>	19
<i>Militares</i>	20
<i>Monica Waldvogel</i>	23
<i>Nísia Trindade Lima</i>	13
<i>Paula Lavigne</i>	17
<i>Pedro Bial</i>	13
<i>Policiais</i>	28
<i>Raull Santiago</i>	16
<i>Renato Patrão</i>	25
<i>Rodrigo Pacheco</i>	25
<i>Samira Bueno</i>	14
<i>Tarcísio Lima</i>	30
<i>Valcler Rangel Fernandes</i>	13
<i>Vinicius Pierre</i>	27
<i>Walter de Mattos Jr.</i>	31
<i>Wesley Teixeira</i>	26
<i>Zeca Borges</i>	22

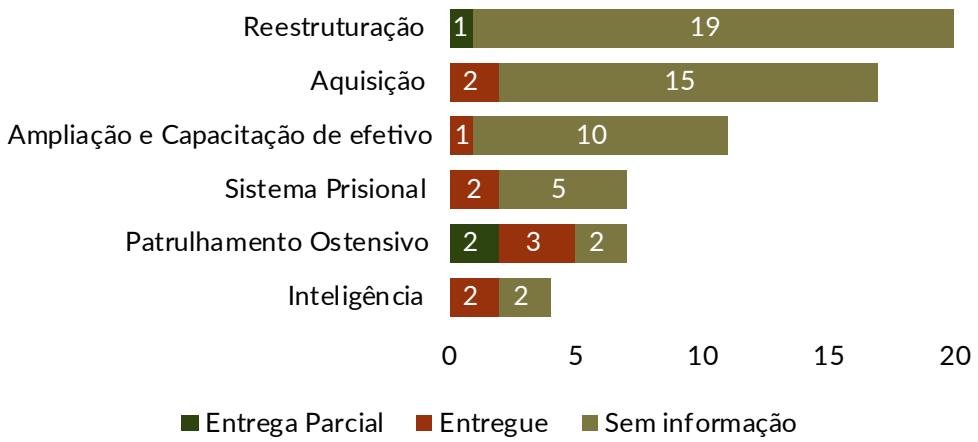
# ESTRATÉGIAS DA INTERVENÇÃO

## NÃO PRIORIZAM INTELIGÊNCIA E COMBATE À CORRUPÇÃO

Walkiria Zambrzycki Dutra - Pesquisadora do Observatório da Intervenção

O Plano Estratégico da Intervenção Federal foi oficialmente divulgado no mês de julho, cinco meses após o decreto que a autorizou. Neste documento, o Gabinete da Intervenção Federal (GIF-RJ), estrutura inédita no Governo Federal, estabeleceu um planejamento de ações para a área da segurança pública do estado. O texto parte de um diagnóstico que denota pouca expertise no campo específico da segurança pública, sem menção aos parâmetros de criminalidade violenta no Rio de Janeiro, seja em uma série histórica, seja em comparação com períodos anteriores ou com dados de outros estados da federação.

### METAS DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA INTERVENÇÃO



Dados de 5 de agosto

O Plano apresentou 66 ações a ser realizadas durante a intervenção. Deste total, 11 são voltadas para ampliação e capacitação do efetivo dos agentes de segurança pública (16%) e 17 são relacionadas à aquisição de materiais e viaturas (25%). Há apenas quatro ações direcionadas à inteligência (6%). Estranhamente, nenhuma iniciativa tem foco no combate à corrupção nas instituições policiais, uma promessa dos interventores.

Entre as medidas mais urgentes – e mais mencionadas nas raras comunicações públicas dos porta-vozes da intervenção – está a reestruturação dos Batalhões da Polícia Militar. Essas medidas preveem visitas de vistorias do Exército e posterior capacitação do contingente total da unidade. É surpreendente que, a quatro meses do fim da intervenção, apenas quatro BPMs, entre os 39 existentes no Rio de Janeiro, tenham passado por esse processo.

Em seu conjunto, o perfil de ações emergenciais e estruturais propostas revela que há ênfase nas operações e em protocolos de atuação conjunta com os órgãos de segurança pública municipal e estadual, e nenhuma articulação com ações de prevenção social ou com a agenda das demais secretarias do governo estadual.

O texto faz apenas uma menção à sociedade civil, inserindo-a numa lista de ameaças à intervenção. Segundo o GIF, setores da sociedade civil que questionam a

intervenção federal seriam potencialmente fator de “desestabilização” para a rea-lização das ações propostas. E, justamente, uma das perguntas que fica após a leitura do Plano é: como a população poderá monitorar essas ações?

Embora o documento afirme o compromisso da intervenção com a transparência e a prestação de contas, o Observatório da Intervenção encontra dificuldade para moni-torar o andamento das ações da intervenção, já que não há um site que reúna as infor-mações sobre o processo. Para obter dados, o Observatório acompanha sistematica-mente o Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e o da União, a imprensa e as redes sociais. Além disso, sempre que faltam informações, o que ocorre com frequência, so-licitamos dados a ambas as esferas de governo via Lei de Acesso à Informação (LAI).

Desde fevereiro enviamos 79 pedidos de informação ao portal de transparência do Estado do Rio de Janeiro e 72 ao portal de transparência da União. As 151 solicitações feitas resultaram em um saldo até agora ralo. Predominam os pedi-dos indeferidos (37), ainda não respondidos (46) e respostas incompletas (55). Efetivamente, conseguimos até agora 10 solicitações atendidas.

Com base neste monitoramento, descobrimos que, das 66 ações estipuladas no Pla-no Estratégico, apenas onze foram entregues após os primeiros seis meses da expe-riência. As propostas dedicadas à estruturação e ao fortalecimento das corporações policiais têm ficado em segundo plano. As ações já cumpridas focam no patrulhamen-to ostensivo e no reaparelhamento das polícias, ao passo que medidas voltadas à inte-ligência e à redução dos crimes contra à vida andam a passo mais lento.

Alegando dificuldades, os generais recentemente anunciaram que em setembro farão uma revisão do Plano. Diante da distância entre as metas do Plano e as necessidade dos órgãos de segurança pública do estado, permanece a dúvida sobre se a intervenção será capaz de mudar a segurança do Rio.

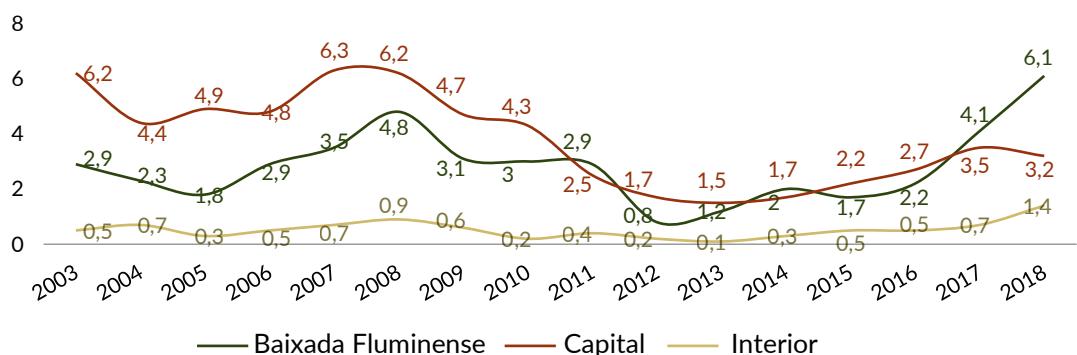
## UMA LUPA SOBRE OS DADOS OFICIAIS

*Pablo Nunes - Coordenador de pesquisa do Observatório da Intervenção*

Nos últimos meses, o comando da intervenção federal tem celebrado dados oficiais que sinalizam a redução de alguns tipos de crimes no Estado do Rio de Janeiro, em especial os crimes contra o patrimônio. Mas uma olhada com lupa sobre esses mes-mos dados mostra que os delitos patrimoniais, que se reduziram em alguns locais, estão crescendo em outros. E os crimes contra a vida continuam aumentando, par-ticularmente na Baixada. Seguem, abaixo, três cenários negligenciados pelos gene-rais nas suas apresentações, que indicam que há menos razões para comemorar e mais desafios para a intervenção.

### 1. Aumento das mortes decorrentes de ação policial na Baixada Fluminense e no interior

Apesar da redução no número de homicídios dolosos na Baixada Fluminense (-17,5%), o número de autos de resistência atingiu o maior patamar em toda a série histórica, tanto em números absolutos (233 mortos) quanto na taxa (6,1 mortes por cem mil habitantes).

Taxa de mortes decorrentes de ação policial - Regiões do Estado do RJ - 2003 a 2018 - fevereiro a junho

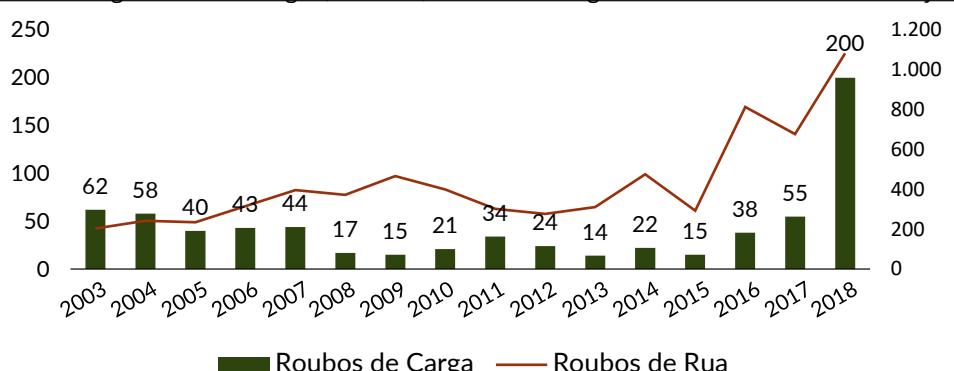
Fonte: Instituto de Segurança Pública (ISP)

É importante lembrar que, comparada com outras regiões, a Baixada Fluminense historicamente registra números menores de mortes por policiais em serviço. A maior parte dos homicídios da região ocorria pela ação de grupos de extermínio, que atuam na Baixada em íntima relação com grupos políticos locais. A taxa de mortes decorrentes de ação policial cresce desde 2017, tendo aumentado no ano de 2018 (48,4%). Decretada a intervenção, a dinâmica de mortes continuou a contar com a ação ativa da polícia, e até o momento o Gabinete da Intervenção não tomou qualquer medida para reverter esse cenário. É a primeira vez, desde 2003, que esse tipo de morte é maior na Baixada do que na Capital, em números absolutos.

Também o interior do Rio apresentou os maiores números de toda a sua série histórica, mas, diferente da Baixada, assistiu a um aumento dos homicídios dolosos. Entre fevereiro e junho, foram contabilizados 707 homicídios dolosos, o maior total já registrado para o Interior.

## 2. Mudanças nas dinâmicas criminais em Tanguá e região

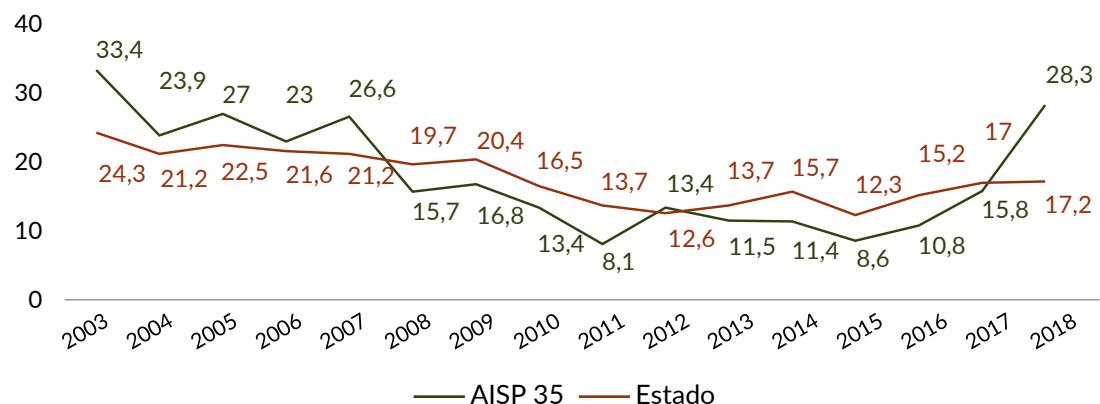
As significativas reduções dos roubos de cargas em cinco Áreas Integradas de Segurança Pública (AISPs) parecem ter causado um efeito de migração para outros municípios, antes bem mais pacatos. É o caso da 35º AISPs, que reúne os municípios de Tanguá, Rio Bonito, Itaboraí e outros. A média de roubos de cargas nos meses de fevereiro a junho nos anos anteriores (2003 a 2017) foi de 33,5 registros. Para o ano de 2018, no mesmo período, a AISPs registrou 200 roubos de cargas, um aumento de 497% e o maior valor já registrado pela região. Os roubos de rua tiveram um aumento de quase 60% em relação ao ano passado.

Roubos de Carga e Rua em Tanguá, Itaboraí, Rio Bonito e região - 2003 a 2018 - fevereiro a junho

Fonte: Instituto de Segurança Pública (ISP)

Acompanhando o movimento de crescimento dos crimes contra o patrimônio, a região da AISP 35 também registrou um aumento do Indicador de Letalidade, que reúne as mortes por homicídios dolosos, roubos seguidos de morte, mortes em decorrência da ação de policiais e lesão corporal seguida de morte. No período da intervenção, houve 116 ocorrências, o maior total de toda série histórica e quase o dobro da média dos anos anteriores, de 63 casos. Este território da região do Leste fluminense, com mais de 410 mil habitantes, que nos anos anteriores registrou taxa de letalidade violenta em torno de 10 a 15 por cem mil habitantes, no período de intervenção superou as taxas do Estado.

Taxa de Letalidade Violenta em Tanguá, Itaboraí, Rio Bonito e região e no Estado - 2003 a 2018 - fev. a jun.

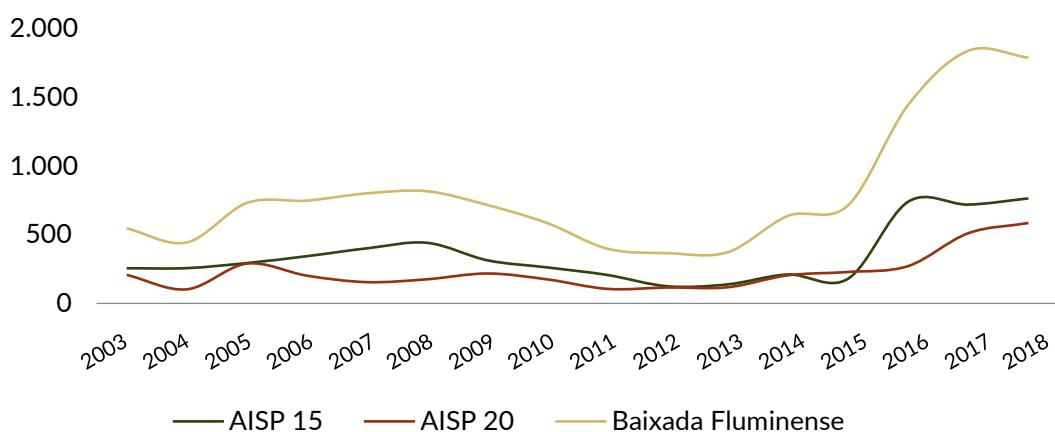


Fonte: Instituto de Segurança Pública (ISP)

### 3. Diminuição do roubo de cargas, aumento do roubo em coletivos e a transeuntes

Observando os dados relacionados a roubos ocorridos nos meses de intervenção, percebe-se o aumento de várias categorias de crimes, principalmente o roubo a coletivos. Entre fevereiro e junho deste ano, foram contabilizados 6.603 roubos em coletivos no Estado do Rio, o maior número da série histórica. Também foi o recorde de registros para a capital, com 3.873 casos. A Baixada Fluminense manteve os patamares do ano passado, registrando 1.787.

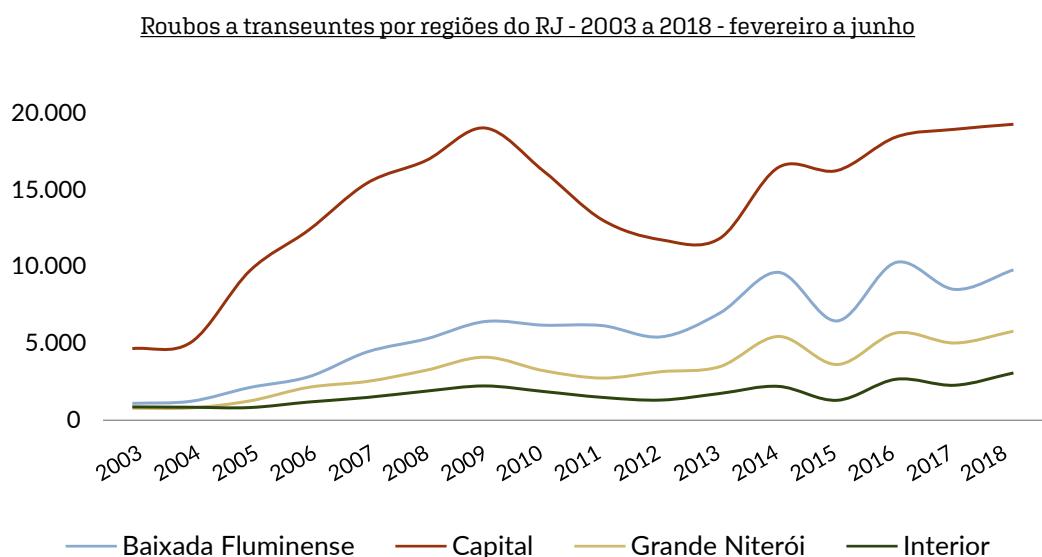
Roubos em coletivos na Baixada Fluminense e nas AISPs 15 e 20 - 2003 a 2018 - fevereiro a junho



Fonte: Instituto de Segurança Pública (ISP)

A situação é especialmente crítica para duas AISPs, a 15º e a 20º. A AISP 15 reúne a parte central de Duque de Caxias e os municípios de Imbariê, Campos Elíseos e Xerém; já a 20º AISP inclui Nova Iguaçu, Nilópolis e Mesquita. Na AISP 15, foram registrados 763 casos de roubos em coletivos de fevereiro a junho; na AISP 20, houve 584. Esses números são os maiores já registrados desde 2003. Isso significa dizer que, durante o período de intervenção, houve, em média, 5 roubos a coletivos por dia na AISP 15, e 4 roubos diários na AISP 20.

No caso do roubo a transeuntes, o estado, a capital, o interior e a região da grande Niterói contabilizaram os maiores números desde 2003:



Fonte: Instituto de Segurança Pública (ISP)

Em média, 255 pessoas foram roubadas nas ruas do Estado do Rio de Janeiro e registraram o crime em delegacias. O total de vítimas, entretanto, é bem maior, já que este tipo de crime tem um alto nível de subnotificação: ou seja, muitos não registram a ocorrência. Também é importante lembrar que a Polícia Civil esteve em greve durante 78 dias em 2017, aumentando ainda mais a subnotificação naquele ano.

É claro que a redução de crimes contra o patrimônio é importante para a sociedade como um todo. Mas, em um estado que registra mais de 5 mil homicídios por ano, e tendo em vista o dramático aumento dos números de mortes cometidas pela polícia nos últimos meses, há pouco o que comemorar. Os generais têm festejado a diminuição do roubo de cargas no estado, mas, em comparação com o ano anterior, essa redução foi de 9,5%, ao custo de R\$ 46 milhões só em operações das Forças Armadas. Será que isso pode ser considerado eficiência? Enquanto isso, na Região Metropolitana, outros municípios permanecem longe das preocupações dos que comandam a segurança pública do Estado, com aumento de mortes e crimes contra o patrimônio.

# NINGUÉM SABE COMO SERÃO GASTOS OS R\$ 1,2 BILHÃO APROVADOS PARA A INTERVENÇÃO

Alexandre Ciconello e Paolo De Renzio - Pesquisadores colaboradores do Observatório da Intervenção

O Governo Federal abriu um crédito extraordinário de R\$ 1,2 bilhão para intervenção federal no Rio de Janeiro, em março de 2018. Deste montante, R\$ 900 milhões deverão ser destinados para despesas correntes (gasolina, munição, alimentação – tudo o que não incluir salários) e R\$ 300 milhões para investimentos (aquisição de equipamentos, armamentos e veículos, por exemplo).

Até o final de julho, a Presidência da República, responsável pela execução dos recursos, havia empenhado apenas R\$ 830 mil e pago R\$ 103 mil dessa verba.

Mesmo com a publicação do Planejamento Estratégico do Gabinete da Intervenção Federal, em 29 de maio, não há nenhum detalhamento de como esses recursos serão gastos e a quais objetivos serão relacionados. O Plano fala da suposta existência de um Plano de Execução Orçamentária da intervenção, o qual, entretanto, não está disponível ao público.

O foco do plano da intervenção são as ações ostensivas de policiamento e confronto, que já se mostraram ineficazes para diminuir a violência, especialmente a violência letal. Em razão desse foco, recursos extras do Ministério da Defesa (R\$ 130 milhões para 2018), por meio de Operações de Garantia da Lei e da Ordem, especialmente de efetivos da Marinha e do Exército, têm sido usados para gastos em operações militares de policiamento ostensivo, especialmente em favelas e espaços de visibilidade em zonas ricas da capital do estado. Segundo dados obtidos via Lei de Acesso à Informação pelo *Intercept Brasil*, as operações das Forças Armadas realizadas de 16 de fevereiro a 30 de junho tiveram um custo de cerca de R\$ 46 milhões.

Embora só uma pequena parte do orçamento alocado tenha sido utilizada, é importante ressaltar que, em um momento de grave crise fiscal, com cortes em vários programas sociais, o Governo Federal, sem nenhuma prestação de contas à sociedade brasileira, redirecionou R\$ 1 bilhão do superávit financeiro de 2017 para a intervenção no Rio, prática obscura e irresponsável do ponto de vista da boa gestão orçamentária.

Os R\$ 200 milhões restantes, originários de cancelamentos de programas da Câmara dos Deputados, foram redirecionamentos aprovados pelo Congresso Nacional com base em uma mentira.

Às vésperas do Dia Internacional da Mulher, em 06 de março, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, e o Ministro da Segurança Pública, Raul Jungmann, afirmaram publicamente que recursos da Câmara seriam devolvidos à União para ser usados em ações de combate à violência contra as mulheres e às drogas, coordenadas pelo Ministério Extraordinário da Segurança Pública. Na ocasião, o Ministro declarou: “No Brasil de hoje, a cada 2 horas uma mulher é morta; [ocorrem] mais de 70 mil estupros por ano, que são casos subnotificados. Quero dizer que cada centavo, cada real desses R\$ 230 (milhões) será utilizado na defesa dessas mulheres e [para] transformar essa cultura da violência”.

De forma obscura, 200 milhões desses recursos foram desviados para a intervenção federal, mas deveriam, contudo, ser aplicados em medidas de fortalecimento das políticas de segurança pública e de combate à violência contra a mulher, conforme deliberação da mesa da Câmara dos Deputados de 21 de março e da exposição de motivos da Medida Provisória que abriu o crédito orçamentário extraordinário para a intervenção no Rio de Janeiro.

Porém, não há nenhuma ação, no Planejamento Estratégico da Intervenção, de combate à violência contra as mulheres. De fato, a palavra “mulher” nem sequer aparece no Plano Estratégico do Interventor!

Mesmo sem ter acesso a um plano de execução orçamentária da intervenção federal, por meio de declarações e notícias na imprensa, observamos que processos de compras de fuzis, munições, fardas e veículos (o velho e ineficiente modo de investir em segurança pública) estão sendo iniciados, muitos sem licitação.

Embora o Estado do Rio de Janeiro atravesse uma grave crise fiscal, decorrente de administrações corruptas e ineficientes, nenhuma análise sobre a efetividade e sustentabilidade futura do orçamento estadual da segurança pública, cuja dotação para 2018 é de R\$ 12 bilhões, foi realizada pelo Gabinete da Intervenção.

Do ponto de vista dos recursos destinados à intervenção, nesses primeiros seis meses, observamos falta de transparência e de diagnóstico, baixa eficiência, um rumo equivocado e mentiras. Qual será o legado gerado por essas práticas e ações? O que acontecerá quando a intervenção acabar?

# depoimentos



# NÍSIA TRINDADE LIMA e VALCLER RANGEL FERNANDES

A Fiocruz é uma instituição pública do campo da ciência e tecnologia e saúde e vem enfrentando a questão da violência urbana a partir de iniciativas de estudos, pesquisas e cooperação, através do Centro de Estudos sobre Violência e Saúde (CLAVES) e por meio de um Programa Institucional Interdisciplinar voltado para a temática, além de projetos de cooperação social. No entanto, nossos *campi*, na região de Manguinhos e do Complexo da Maré, encontram-se em situação de convivência com conflitos armados, gerando um clima de insegurança entre trabalhadores e comunidades locais.

A Fiocruz tem sofrido frequentes paralisações de atividades de ensino, pesquisa e serviços, devido à ocorrência de tiroteios intensos, que nos obrigaram a instituir um plano de contingência, similar àqueles utilizados em situações de desastres naturais como terremotos. O plano prevê de protocolos de proteção individual até evacuações, passando pela blindagem de algumas instalações.

Acreditamos que só uma política de segurança, baseada na valorização da vida e da cidadania, poderá reverter este clima de riscos em que vivemos diariamente, e que atinge com mais força os moradores das favelas e de bairros da periferia.

*Nísia Trindade Lima é presidente da Fiocruz, e Valcler Rangel Fernandes é chefe de gabinete da presidência*

## PEDRO BIAL

A cada nova intervenção, torna-se mais evidente o que ocupações militares como a de 2016 na Maré e o projeto das UPP's já haviam provado: segurança pública não é só polícia. Sim, há uma guerra a ser vencida, o Exército pode contribuir nessa luta, mas não é a única instituição necessária para a construção de uma paz sólida.

O conceito de segurança pública envolve e aglutina múltiplas forças da sociedade, e do Estado – e é básico reconhecer que só o Estado não resolve. Segurança pública compreende saneamento, saúde; escolas, educação; esporte, cultura, lazer; crédito, empreendedorismo, urbanização. A dignidade que só a cidadania dá.

*Pedro Bial é jornalista e apresentador*

ACREDITAMOS QUE SÓ UMA POLÍTICA DE SEGURANÇA, BASEADA NA  
VALORIZAÇÃO DA VIDA E DA CIDADANIA, PODERÁ REVERTER ESTE  
CLIMA DE RISCOS EM QUE VIVEMOS DIARIAMENTE

CONSELHEIRO

## Filosofia da guerra e favelas

É bom que fique claro que as favelas do Rio nunca declararam guerra a ninguém. Nossa guerra sempre foi pela sobrevivência, pelo pão de cada dia, pelo futuro de nossos filhos, pela melhoria em nossas comunidades... Somos um terço da população do Rio, composta por 99,9% de cidadãos e cidadãs honestos e trabalhadores. Apesar disso tudo, a política de extermínio sob a filosofia da guerra é a única opção que o Estado apresenta para os jovens negros e negras, pobres e favelados. Uma ação genocida, racista e fascista.

Na concepção militarista de segurança, a favela é considerada área hostil, onde todas e todos são inimigos. A construção da figura do inimigo é ponto central na filosofia da guerra adotada pelas forças de segurança nos morros cariocas.

Invadir a favela com um tanque de guerra é, antes de tudo, uma decisão política do Estado. Precisamos estar mais atentos e atentas aos discursos que estão rolando por aí. Você tem todo direito de não gostar de política, não falar de política e não votar em ninguém, mas essa é a melhor saída? A grande mídia manipula a política, os grandes empresários financiam a política e os políticos formulam as políticas. Lembre-se sempre disso quando um tanque de guerra invadir sua comunidade. Somos o povo, somos a maioria e temos a força. Temos de mostrar para eles que a filosofia da guerra é inútil para as favelas.

*Filipe dos Anjos é conselheiro do Observatório e secretário-geral da Federação de Favelas do Estado do Rio de Janeiro (Faferj)*

FILIPE DOS ANJOS

Os parcos resultados alcançados pela intervenção federal no Rio de Janeiro nestes seis meses são a evidência do esgotamento de um modelo de apoio aos estados por parte do Governo Federal, pautado exclusivamente por ações repressivas. Ao invés de priorizar o investimento em inteligência e em estratégias capazes de enfraquecer a ação do crime organizado e a corrupção estatal, opta-se, novamente, por mais do mesmo. A utilização do Exército e da Força Nacional não pode – e não deve – ser a única ação da União no enfrentamento à violência. Às vésperas de uma campanha presidencial, é mais do que necessário cobrar dos candidatos à presidência as suas propostas para sanar o grave quadro vivido pelo estado do Rio de Janeiro.

*Samira Bueno é cientista social do Forum Brasileiro de Segurança Pública*

SAMIRA BUENO

É BOM QUE FIQUE  
CLARO QUE AS  
FAVELAS DO RIO  
NUNCA DECLARARAM  
GUERRA A NINGUÉM

# LUIZ EDUARDO SOARES

## Mais do mesmo

A intervenção tem sido um fracasso e estava fadada a sê-lo, porque não foi uma iniciativa voltada para a resolução dos problemas de insegurança do Rio, com base em um diagnóstico completo e sistemático, nem utilizou os meios adequados para promover os resultados almejados. Qual deveria ser a prioridade? A vida e a garantia de direitos, ou seja: a redução de homicídios – inclusive de policiais – e da brutalidade policial letal. Que políticas adotar para atingir essa meta? Seriam inteiramente diferentes das adotadas.

A intervenção foi uma manobra político-eleitoral do ilegítimo governo Temer, que estava acuado pelos sucessivos fracassos econômicos e pela impopularidade da pauta neoliberal extremada que adotou. Por isso, buscou protagonismo com apoio midiático, instrumentalizando os militares, em boa parte conscientes do que ocorria e avessos ao processo, no qual assumiram papel que não lhes competia e para o qual não estavam preparados. O que se viu? Mais do mesmo: a multiplicação de incursões militares para prisões e apreensões. Mais violência policial, mais chacinas, mais crimes contra a vida, mais mortes de policiais.

Os temas chave da verdadeira agenda para mudar a situação do Rio (e do Brasil) foram, mais uma vez, deslocados e negligenciados:

- (a) a política de drogas – prosseguiu a danosa “guerra às drogas”, que alimenta o ciclo da violência, encarcela varejistas e fortalece as facções criminosas no sistema penitenciário;
- (b) a reforma do modelo policial e a refundação das polícias, com a mudança do artigo 144 da Constituição;
- (c) a valorização profissional dos policiais, hoje trabalhando, a maioria, em condições indignas;
- (d) a repactuação entre o Estado e as comunidades que vivem em territórios vulneráveis, em especial a juventude, de modo a que as instituições policiais deixem de ser parte do problema e se transformem em parte da solução. Hoje, as execuções extrajudiciais são frequentes, o que leva analistas a declarar que essas áreas estão sob a regência de um Estado de exceção. Infelizmente, isso ocorre com a anuência, por cumplicidade ou omissão, do Ministério Público e as bêncas do poder Judiciário;
- (e) o investimento em infraestrutura, educação e cultura, e a abertura de novas oportunidades para a juventude mais vulnerável, respeitando-se as camadas populares e, assim, bloqueando o aprofundamento do racismo estrutural.

*Luiz Eduardo Soares é antropólogo e escritor*

CONSELHEIRO

## Gastamos a nossa bala de prata

Chegamos ao sexto mês da intervenção federal militar no Rio de Janeiro com a sensação de que nada mudou. Ou melhor, a violência aumentou na Cidade do Rio de Janeiro. O Exército foi incapaz de resolver a questão. Gastamos a nossa bala de prata.

Os números são implacáveis. Foram registrados 2.924 tiroteios nos cinco meses anteriores a intervenção. Seis meses depois da intervenção chegamos a 4.005 tiroteios. O número de pessoas mortas pela polícia aumentou 26%. A violação de direitos por forças de segurança também aumenta. E as vidas nas favelas seguem não importando ao Estado brasileiro.

Num momento em que a intervenção dá sinais de que vai bater em retirada, é necessário atenção aguda para não permitir que as luzes se apaguem com a mesma arrogância e intempestividade com que foram acesas, sem explicações e diálogo públicos com toda a sociedade.

*Itamar Silva é conselheiro do Observatório e diretor do Ibase*

## ITAMAR SILVA

CONSELHEIRO

## DIEGO FRANCISCO

Passados seis meses da intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro, com foco bem claro na capital, não estamos surpreendidos por ver que os índices de criminalidade aumentaram e a vida nas ruas segue em níveis decrescentes de qualidade. Nada novo para nós, favelados, que insistimos em declarar que a militarização das vidas não é capaz de produzir efeitos práticos na vida das pessoas. Podemos destacar a situação vivida pelos moradores de Acari, Rocinha e dos Complexos da Maré e Manguinhos, que contaram seus mortos, além da vereadora Marielle Franco, brutalmente assassinada, crime para o qual ainda não se tem respostas.

*Diego Francisco é conselheiro do Observatório e pesquisador do Programa de Pós Graduação em Relações Étnico-Raciais do Cefet/RJ*

E AS VIDAS NAS  
FAVELAS SEGUEM  
NÃO IMPORTANDO AO  
ESTADO BRASILEIRO.

## RAULL SANTIAGO

Chega a 6 meses a duração dessa dita intervenção federal, caótica, empurrada à força goela abaixo da população, numa ação desnecessária e pior, sem estratégia. Apesar do tamanho custo que tem, segue se deteriorando, mais e mais a cada dia, aquilo que já começou péssimo.

São 6 meses de falta de informação para a sociedade, desrespeito com a imprensa, um fake da vida real que custa caríssimo e que não serve como solução. Afinal, segurança jamais poderá ser resumida a armas e tropas na rua. Se este fosse caminho, Marielle, Anderson, Benjamin, Marcus Vinícius e tantas pessoas, assassinadas de forma brutal e ignoradas nessa realidade, não seriam o fato mais doloroso e revoltante, a expor o significado do que é essa dita intervenção.

*Raull Santiago é conselheiro do Observatório e integrante do coletivo Papo Reto*

CONSELHEIRO

# JESSÉ ANDARILHO

## Nada mudou nas ruas

O Exército sempre pareceu uma fortaleza segura e impenetrável. Terrenos enormes com o mato bem cortado e os muros sempre bem pintados e conservados.

A grande verdade é que são os jovens das favelas, na sua grande maioria, que fazem esse trabalho, em troca do sonho de seguir uma breve carreira militar nas Forças Armadas.

As pessoas mais velhas costumavam dizer que, para ser homem de verdade, era preciso passar pelo quartel, causando uma frustração enorme nos jovens que ficavam pelo meio do caminho, na tão conhecida frase: “excesso de contingente”.

O respeito e o temor pelo Exército são tão grandes que, há seis meses, saiu uma decisão do Governo Federal de intervir no Rio de Janeiro. A desculpa era o aumento da violência no carnaval e a falta de governabilidade no estado.

Em algumas ruas da cidade, parecia o 7 de setembro. Só faltou o presidente desfilando em carro aberto. Aquele ali com certeza não viria, mas mandaria o secretário, ou ministro, ou general que virou secretário, ou ministro que virou outra coisa pra entrar outro ministro.

A verdade é que nada mudou nas ruas. O que vejo são viaturas do exército arrancando barricadas nas favelas, que por sua vez são recolocadas na semana seguinte por traficantes.

A Marielle Franco morreu, os jovens pretos e pobres continuam sendo exterminados, as escolas continuam sem aulas e a esperança nos homens de farda vem, a cada dia, sendo perdida pelos excessos cometidos nas abordagens a moradores de favelas.

Intervenção federal ou intervenção militar?

É como naquele samba sobre caviar: “Nunca vi, nem comi, eu só ouço falar...”

*Jessé Andarilho é escritor*

Nós, da classe artística, ficamos impactados quando o decreto de intervenção foi declarado. Uma medida política de Michel Temer, com intuito de desviar às atenções do projeto da Reforma da Previdência, que foi por água abaixo. Como toda a sociedade, esperamos o mínimo de inteligência, o que acabou não acontecendo. De uma noite para outra, 140 pessoas foram presas simplesmente por estarem em um show de pagode, dentre eles o artista Pablo Prynce. Isso foi comemorado pela polícia. Se não tivéssemos pressionado através das redes sociais, nem Pablo nem os outros meninos, que não eram envolvidos com a milícia, teriam sido soltos. Também estámos mobilizados pela indignação pelas mortes de Marielle Franco e Anderson; do menino Marcus Vinícius na Maré; e de tantos policiais, em decorrência de operações.

*Paula Lavigne é produtora e empresária*

## PAULA LAVIGNE

## O direito das favelas à segurança pública

ELIANA SOUSA SILVA

Passados seis meses, uma avaliação sobre a efetividade da intervenção militar no Rio de Janeiro indica um claro declínio. Ativistas do campo dos Direitos Humanos, estudiosos da área de segurança pública e moradores de favelas duvidavam, desde o anúncio, de que esta seria uma medida relevante para o enfrentamento do grave quadro de violências que acometem o Rio de Janeiro.

As experiências de atuação das Forças Armadas com poder de polícia no Rio de Janeiro já mostraram que deveríamos estar mais atentos em relação aos resultados dessas medidas. A Redes da Maré realizou uma pesquisa com mil moradores sobre a ocupação do Exército Brasileiro no conjunto de favelas da Maré, de abril de 2014 a junho de 2015. A investigação buscou compreender como moradores e moradoras viam a ação militar e se a consideravam importante.

A pesquisa mostrou que os mais de 500 milhões de reais gastos na ocupação de 15 meses na Maré pelas Forças Armadas não deixaram um legado que contribua para garantir o direito à segurança pública. Ao contrário, é possível falar das abordagens hostis e preconceituosas que os militares foram assumindo ao longo do tempo em relação à população; do uso desproporcional da força; de homicídios e de pessoas feridas, como é o caso de um jovem que se encontra paraplégico, numa cadeira de rodas, e até hoje luta por reparação do Estado.

A operação policial no conjunto de favelas da Maré de 20/06/2018 mostra como a lógica bélica, que aumenta a letalidade, permanece. O uso de helicóptero como plataforma de tiro, baseado no argumento de que era a forma de proteger os agentes da segurança pública, demonstra que as polícias não reconhecem no morador de favelas um sujeito com direito à segurança pública como qualquer outro cidadão na *urbes*.

Parte significativa dos agentes públicos considera todos os moradores de favelas integrantes de redes ilícitas e criminosas, pelo simples fato de ali habitarem. Enquanto persistir uma visão criminalizadora sobre o conjunto da população residente nas favelas e periferias, não teremos a garantia de que a presença das forças de segurança pública, em qualquer região da cidade, inclusive nas favelas, representa a proteção desses habitantes. Este deveria ser o sentido maior de qualquer ação do estado.

*Eliana Sousa Silva é diretora da Redes da Maré*

O USO DE HELICÓPTERO COMO PLATAFORMA DE TIRO, BASEADO NO ARGUMENTO DE QUE ERA A FORMA DE PROTEGER OS AGENTES DA SEGURANÇA PÚBLICA, DEMONSTRA QUE AS POLÍCIAS NÃO RECONHECEM NO MORADOR DE FAVELAS UM SUJEITO COM DIREITO À SEGURANÇA PÚBLICA COMO QUALQUER OUTRO CIDADÃO NA URBES

## GABRIEL FUKS

Os dados que o Observatório da Intervenção vem monitorando, como o aumento de tiroteios e de pessoas mortas e feridas, mostram que a política de militarização não está produzindo os resultados esperados, ou pelo menos, os que se esperam de uma perspectiva de segurança com respeito aos direitos humanos. Assistimos à construção de um terreno fértil para que se aprofunde o sempre presente discurso punitivista na região, a criminalização da pobreza, a violência policial e a perseguição e a morte dos setores mais vulneráveis.

O problema é naturalizar que a presença do Estado, sobretudo entre os mais pobres, ocorra através do exercício da violência estatal, ao invés da garantia dos direitos humanos. O trabalho das instituições acadêmicas, como o Observatório da Intervenção, e das organizações da sociedade civil alerta para os riscos dessas medidas políticas, que têm efeito direto sobre a vida das pessoas e influenciam os modelos de segurança que estamos construindo para a sociedade.

*Gabriel Fuks é Defensor Adjunto de la Ciudad Autónoma de Buenos Aires*

## CANDIDO MENDES DE ALMEIDA

Desde a sua criação na Carta Magna de 1988, só agora, e no Rio de Janeiro, registra-se a intervenção federal, prevista no artigo 34, para garantia da ordem pública.

*Candido Mendes de Almeida é Reitor da Universidade Candido Mendes*

## Fera Ferida

Desde o fim da ditadura, não houve plantão ou manifesto militar de natureza política. No entanto, o uso das Forças Armadas em questões de segurança interna banalizou-se. Atuam para suprir deficiências das polícias militares estaduais que, com isso, tendem a não se aprimorar. No caso da intervenção federal na segurança do Rio de Janeiro, em 2018, militares pegos de surpresa, sem recursos, sem expertise e sem projeto, foram incumbidos de enfrentar facções criminosas, com capacidade instalada para subornar e sabotar qualquer ação policial.

O fracasso da intervenção, por enquanto, está patente e isso é preocupante. As Forças Armadas contam com o respeito da população, têm brios elevados e se consideram moral e profissionalmente superiores ao resto a sociedade. Militares humilhados por bandidos, policiais e políticos corruptos não se coadunam com a imagem que as Forças Armadas imprimem para si. Em meio a tantos problemas, o que o país menos precisa é de Forças Armadas desmoralizadas. As reações da fera ferida são imprevisíveis. Não falo de golpe, mas de demandas por novas prerrogativas, por mais gastos e mais autonomia. Nada disso contribui para o fim da violência ou para o aprimoramento da democracia.

*Maria Celina D'Araujo é professora da PUC-Rio*

## MARIA CELINA D'ARAUJO

O governo criou um fato novo para desviar as atenções da sua impopularidade. Encontrou uma desculpa para esconder que não tinha os votos necessários para aprovar as reformas, e ao mesmo tempo, passou a lidar com um assunto que gera bastante interesse e apoio entre os brasileiros: a segurança. Porém essa ação, da maneira com que foi feita, pode manchar a imagem dos militares, pois “um pitbull com focinheira não morde ninguém e perde seu respeito”. Essa analogia traduz a condição dos militares, que trabalham com limitações e amordaçados, produzindo um resultado insatisfatório. A maioria da população não vai enxergar desse modo e vai associar o fracasso da operação à ineficiência dos militares.

*Praça das Forças Armadas*

A imagem que eu tenho da intervenção é de que foi apenas interesse político. Vejo um absurdo despreparo das Forças Armadas, tanto de adestramento, como de autoproteção. Foi simplesmente um “calaboca” dos cariocas. Sou moradora de comunidade e os militares só apareceram um dia, para cumprir expediente. No final do dia, todos os bandidos estavam andando armados. Motos e carros roubados circulavam normalmente pelas vias. Ao meu ver, foi um movimento midiático, para o governo mostrar que estava fazendo algo para melhorar a violência que tomou conta de todo o Rio de Janeiro.

*Praça das Forças Armadas*

Desde o começo, eu acho que a intervenção é uma medida política, eleitoreira, e não uma medida de segurança de fato. Pelo que tenho conhecimento, a intervenção só está acontecendo em alguns lugares pontuais. Em certos locais, para certas pessoas. Alguns militares que moram na Baixada também não concordam com a intervenção. Sentem-se ameaçados: nós viramos alvo. Já tive três ou quatro colegas assassinados porque estavam voltando do trabalho e os bandidos viram que tinha uniforme militar no carro. Numa operação, se o praça atirar, tem todo um regulamento em cima dele. Então, é muito desgastante emocionalmente.

*Praça das Forças Armadas*

A intervenção é ineficaz e mentirosa. Não se veem grandes apreensões, nada. É extremamente cansativo para praças, os oficiais são marionetes. Sem falar nas complicações administrativas em caso de disparo de arma de fogo, do gasto da munição ao “alvo” acertado. Tal fato diminui ainda mais a credibilidade das Forças Armadas perante a sociedade, que fica na esperança de ter alguns problemas de segurança solucionados. Mas, por não saber o que está envolvido em uma intervenção, acabam achando que as Forças Armadas não servem para nada. Em suma: tudo não passa de uma grande perda de tempo, algo para inglês ver. Não se sabe quem ganha, e o quê, insistindo com a intervenção.

*Praça das Forças Armadas*

Na minha opinião a intervenção federal não passa de uma manobra política. É mais fácil mobilizar uma parte da sociedade (no caso, os militares) a se sujeitarem a esse processo. Não houve nenhuma mudança em relação à segurança pública, muito pelo contrário. Isso expôs ainda mais nosso pessoal. Viramos alvos da bandidagem.

*Praça das Forças Armadas*



## ELENA LANDAU

Intervenção tem de ser usada sempre em casos extremos, e eu acho que o Rio estava nessa situação. É claro que fica sempre no ar a pergunta: “Por quê só o Rio de Janeiro?”, já que os estados do Nordeste, especialmente o Ceará, passam também por uma situação crítica.

Com a intervenção, veio um alívio imediato. Mas havia a expectativa de grandes operações de impacto. Achávamos que veríamos muitas prisões, muitos militares nas ruas e que o número de crimes diminuiria imediatamente. Há uma certa frustração, na população, por não ver essa “espetacularização” na atuação dos militares. Por outro lado, se olharmos de forma detalhada, vemos muitos pontos positivos. Eles melhoraram os recursos materiais, investiram em inteligência. Estão fazendo um trabalho de recuperação da polícia e de enfrentamento da milícia. Vários policiais corruptos foram afastados. Do ponto de vista de resultado, a intervenção foi positiva. Infelizmente o crime continua, as guerras dos traficantes continuam e as comunidades seguem inseguras. Isso não acaba em seis meses.

Finda a intervenção, o próximo governo estadual deveria encontrar meios de estabelecer uma cooperação com as Forças Armadas para dar continuidade ao projeto e evitar que os avanços alcançados sejam perdidos.

*Elena Landau é economista e advogada*

## ANGELA COSTA

Desde o início, a Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRJ) foi favorável à intervenção. A ACRJ espera que os recursos que estão sendo alocados no Rio de Janeiro sejam utilizados, o mais rápido possível, em benefício da população, e que a intervenção deixe um legado de gestão para o próximo Governador e Presidente da República.

*Angela Costa é presidente da Associação Comercial do Rio de Janeiro*

## ZECA BORGES

Acredito que o que de mais importante aconteceu foi a reestruturação das polícias, que estavam sucateadas devido ao colapso financeiro do estado. Havia uma desproporção entre os recursos da Secretaria de Segurança e os das corporações. Além disso, o apoio às áreas de Inteligência e ao Instituto de Segurança Pública foram relevantes. Espero que este legado seja aproveitado pelo próximo governo.

*Zeca Borges é coordenador do Disque Denúncia*

*ESTÃO FAZENDO UM TRABALHO DE RECUPERAÇÃO DA POLÍCIA E DE ENFRENTAMENTO DA MILÍCIA.*

ESPEREMOS QUE, APÓS A SAÍDA DOS  
INTERVENTORES, ALGUMA POSITIVIDADE  
SEJA PARTE DO BALANÇO DAS INICIATIVAS.

## MONICA WALDVOGEL

Nos dias posteriores à intervenção tive a oportunidade de conversar com algumas autoridades do Governo Federal. Todos fizeram relatos semelhantes sobre o apelo que o governo do Rio teria feito por ajuda

no enfrentamento da crise de segurança. Seus recursos administrativos e financeiros estavam esgotados. Ouvi relatos estarrecedores também de parlamentares fluminenses. Eles davam conta do completo descalabro instalado nas instituições policiais – da falta de treinamento, equipamento e precárias cadeias de comando até o contágio das organizações criminosas e milícias e a exposição cotidiana ao risco de vida. Imaginar que fosse possível, em pouco tempo, corrigir todos os desmandos, omissões e conivências das diferentes instituições de segurança do Estado do Rio de Janeiro seria ingênuo e temerário. Algo teria de ser feito e com urgência – e o contra factual terá de ser demonstrado ao fim da intervenção: como estaria o Rio sem a intervenção naquele momento crítico? Melhor, pior ou igualmente violento?

Esperemos que, após a saída dos interventores, alguma positividade seja parte do balanço das iniciativas. Pode parecer pouco que regimes de plantão ou de remuneração de horas de folga trabalhadas, por exemplo, tenham sido reorganizados. Mas são medidas que, para quem veio de fora e teve oportunidade de estudar e diagnosticar problemas, podem encaminhar algumas soluções. Substituições em comandos estavam impossibilitadas pelo desgaste político do governo do estado. Puderam ser feitas pelo interventor – e esperemos que deem resultado.

Ainda falta muito para que o Rio de Janeiro reencontre um caminho de normalidade da vida urbana, em que parte da população, justamente a mais pobre, mais desassistida, mais vulnerável, deixe de estar à mercê do crime, do abuso policial, de milícias. A sociedade fluminense ainda tem um longo caminho na construção de alguns consensos para que suas instituições possam ser corrigidas e, delas, sejam expurgados os que agem em franco ataque ao bem comum.

*Monica Waldvogel é apresentadora e jornalista*

## JULITA LEMGRUBER

A intervenção federal aprofundou e expandiu, a níveis absolutamente insuportáveis e vergonhosos, a insana política de guerra às drogas. Aumentou o número de mortos por todos os lados. Os moradores de favelas convivem com tiroteios enlouquecedores. Não há política de segurança pública. As operações, quase cotidianas, envolvendo milhares de policiais e soldados, a um custo altíssimo, têm gerado resultados pífios. Quando for conhecido quanto custou a apreensão de cada arma ao longo dessas operações, os moradores do Rio de Janeiro ficarão estupefatos. Estupefatos e frustrados. E, aí, talvez todos e todas se deem conta de que a intervenção foi mesmo uma farsa. Os soldados irão embora. Restará a nós contar os nossos mortos.

*Julita Lemgruber é coordenadora do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC)*

## ARIOVALDO RAMOS

A intervenção no Rio de Janeiro foi feita à revelia da lei. Como tudo nesse governo, é fruto de um golpe de estado.

Foi e tem sido uma intervenção ineficaz. Não era necessária, e comprovou ser apenas e tão-somente um movimento de restrição à liberdade dos cidadãos do Rio de Janeiro, majoritariamente os que moram na periferia e nas comunidades.

Toda intervenção por parte das Forças Armadas num ambiente civil é, por definição, um ato de violência, um ato de desrespeito à cidadania.

As Forças Armadas existem para nos proteger do inimigo externo e são treinadas para isso. Não tem o traquejo necessário para lidar com a população e acabam por tratar o cidadão como inimigo. A verdadeira segurança do cidadão só começará quando houver a desmilitarização da polícia.

Pôr o exército nas ruas é um ataque aos direitos civis, é uma confusão institucional e é um risco para o cidadão comum, assim como para o soldado que não está habilitado para lidar com o crime urbano.

Foi apenas um ato tresloucado de um governante, tentando convencer a todos de que tem alguma reserva moral e alguma autoridade legítima, o que, de fato, não tem.

Nestes seis meses de intervenção, tudo a que assistimos foi uma sucessão de equívocos e um descontrole na questão da violência, que só aumentou, além do desrespeito sistemático ao cidadão.

Repudiamos e continuaremos a repudiar a militarização da polícia e, principalmente, qualquer tentativa de uso das Forças Armadas para fins não determinados pela Constituição.

*Ariovaldo Ramos é escritor e pastor evangélico*

AUMENTOU O  
NÚMERO DE  
MORTOS POR  
TODOS OS LADOS.

## RODRIGO PACHECO

A intervenção federal, realizada às pressas e sem planejamento, resultou numa política de segurança emergencial, que limitou o diálogo com a sociedade civil e com as instituições públicas de controle. Por outro lado, houve a priorização da política de confronto nas favelas, com dramáticas consequências para a população e para os policiais, o que pode ser constatado pela Defensoria Pública e seus parceiros nas visitas semanais a comunidades da Capital, Baixada e São Gonçalo.

De duvidosa consistência jurídica, a opção pela intervenção federal expôs mais uma vez, na história da frágil democracia brasileira, que a utilização da segurança pública como estratégia eleitoral não alcança os objetivos a que se propõe, mas, principalmente, provoca sofrimento e danos irreparáveis à população mais vulnerável.

*Rodrigo Pacheco é subdefensor público do Estado do Rio de Janeiro*

## BUBA AGUIAR

Dizer que a intervenção é uma farra é errado e ainda dá legitimidade para que ela seja ainda mais rígida com o povo já atingido pela mesma. A intervenção está ocorrendo. A questão é: de quem é a face que a ditadura está esbofeteando? Onde, de fato, esta intervenção está atuando? Nas favelas e regiões periféricas.

Para além do aumento de tiroteios e homicídios, a intervenção trouxe a renovação dos mecanismos de repressão e vigilância, como drones e helicópteros cada vez maiores e mais potentes. E ainda uma maior sensação de impunidade para as forças de segurança do Estado do Rio, permitindo que cometessem ainda mais gravíssimas violações de direitos.

*Buba Aguiar é conselheira do Observatório e integrante do coletivo Fala Akari*

## RENATO PATRÃO

Agora a intervenção chegou firme em São Gonçalo. Todo dia tem operação. Eles abordam quem mora fora de comunidades, apreendem motos e carros de forma absurda – especialmente quando se leva em conta que muitos carros da polícia estão com IPVA atrasado há mais tempo do que os carros dos moradores da região. Os militares acamparam próximo às comunidades do Jardim Catarina e Salgueiro, levando medo a todos, apenas isso. Nada mudou com a intervenção. Só fica a cada dia pior, com assaltos e mortes por bala perdida. A INTERVENÇÃO ESTÁ DESTRUINDO AS FAMÍLIAS POBRES DE SÃO GONÇALO.

*Renato Patrão é conselheiro do Observatório integrante da Associação Cultural Rede Funk Social*

CONSELHEIRA

CONSELHEIRO

## Como superar a desconfiança?

O Plano Estratégico da Intervenção Federal, publicado do Diário Oficial do estado cinco meses depois do seu início, inclui um histórico, intitulado “Peculiaridades da Segurança Pública do Estado RJ”. Menciona as Unidades de Polícia Pacificadora como se fossem um detalhe, um parênteses, no texto que, a despeito do título, trata do histórico das Forças Armadas no Rio. Grande erro, ignora um aspecto chave da fragilidade das UPPs, relevante hoje: a desconfiança.

Os policiais de contêiner não realizaram, em grande escala, o objetivo oficial: policiamento de proximidade. Mesmo com o apoio do Grupo Globo, de empresários, das classes média e alta e até de muitos moradores de favelas, a pacificação, tida como grande inovação, não vingou. Os policiais não estavam preparados e talvez, tampouco, a sociedade.

As Forças Armadas criaram elos de confiança com a população haitiana nos treze anos que passaram no Caribe e sabem o grande valor deles na construção da paz. No Rio, as UPPs aumentaram – e depois abalaram – nossa expectativa por uma segurança pública mais efetiva e justa. Será que os militares percebem a enormidade do desafio?

*Julia Michaels é criadora do Rio Real Blog*

JULIA MICHAELS

## WESLEY TEIXEIRA

CONSELHEIRO

A INTERVENÇÃO SEGUE  
O MESMO CAMINHO  
PERCORRIDO PELA UPP,  
QUE CHEGOU SEM O  
ACOMPANHAMENTO  
DE OUTRAS POLÍTICAS  
PÚBLICAS E SEM  
CONSULTA À POPULAÇÃO.

A intervenção federal ainda não chegou à Baixada Fluminense. Tivemos apenas algumas ações pontuais de GLO, apesar de ser essa a região onde são registrados os piores índices de homicídios do Brasil, como é o caso da cidade de Queimados, de acordo com o Atlas da Violência 2017.

A população via no Exército uma instituição menos corrompida que a Polícia Militar do Rio de Janeiro. Por isso, esperava-se que, ao menos, mudanças na polícia ocorressem, como medidas de combate à corrupção e de ligações com grupos de extermínio. Nem isso aconteceu.

A intervenção segue o mesmo caminho percorrido pela UPP, que chegou sem o acompanhamento de outras políticas públicas e sem consulta à população. A Baixada Fluminense recebeu uma única UPP, no Complexo da Mangueirinha, em Duque de Caxias. Como outras UPPs do Rio, ela foi desativada recentemente, sem que ninguém percebesse, devido à nuvem de fumaça da intervenção militar. Nuvem que em breve se dissipará e deixará o Rio de Janeiro na mesma situação de violência dos últimos 20 anos.

*Wesley Teixeira é conselheiro do Observatório e coordenador do Pré Vestibular Popular +NÓS*

VINICIUS PIERRE

CONSELHEIRO

## Vila Kennedy assiste a filme antigo e sem final feliz

Vila Kennedy, bairro da Zona Oeste do Rio de Janeiro, nascido da remoção de favelas em 1964, assiste, como se fosse a um filme, pela terceira vez em sua história, o Estado entrando na favela, fazendo o que bem entende, sem saber as demandas do território e nos intitulando “modelo” de alguma coisa. A Vila Kennedy nasceu em uma intervenção drástica, que mexeu com muitas famílias. Meus avós, por exemplo, largaram tudo na favela do Esqueleto, no Maracanã, e foram para Zona Oeste na marra, cheios de promessas políticas.

Em 2014, quando o bairro recebeu uma Unidade de Polícia Pacificadora (UPP), parecia que as promessas dariam certo. Empresas, Estado e terceiro setor, dialogando e realizando ações sociais, culturais e projetos de fomento, estimularam fazedores locais e do entorno. Mas não durou nem o tempo de pensar e dizer que estava bom. Retrocedemos e perdemos a confiança que tínhamos na polícia e na política. No início de 2018, a violência tomou conta da nossa rotina.

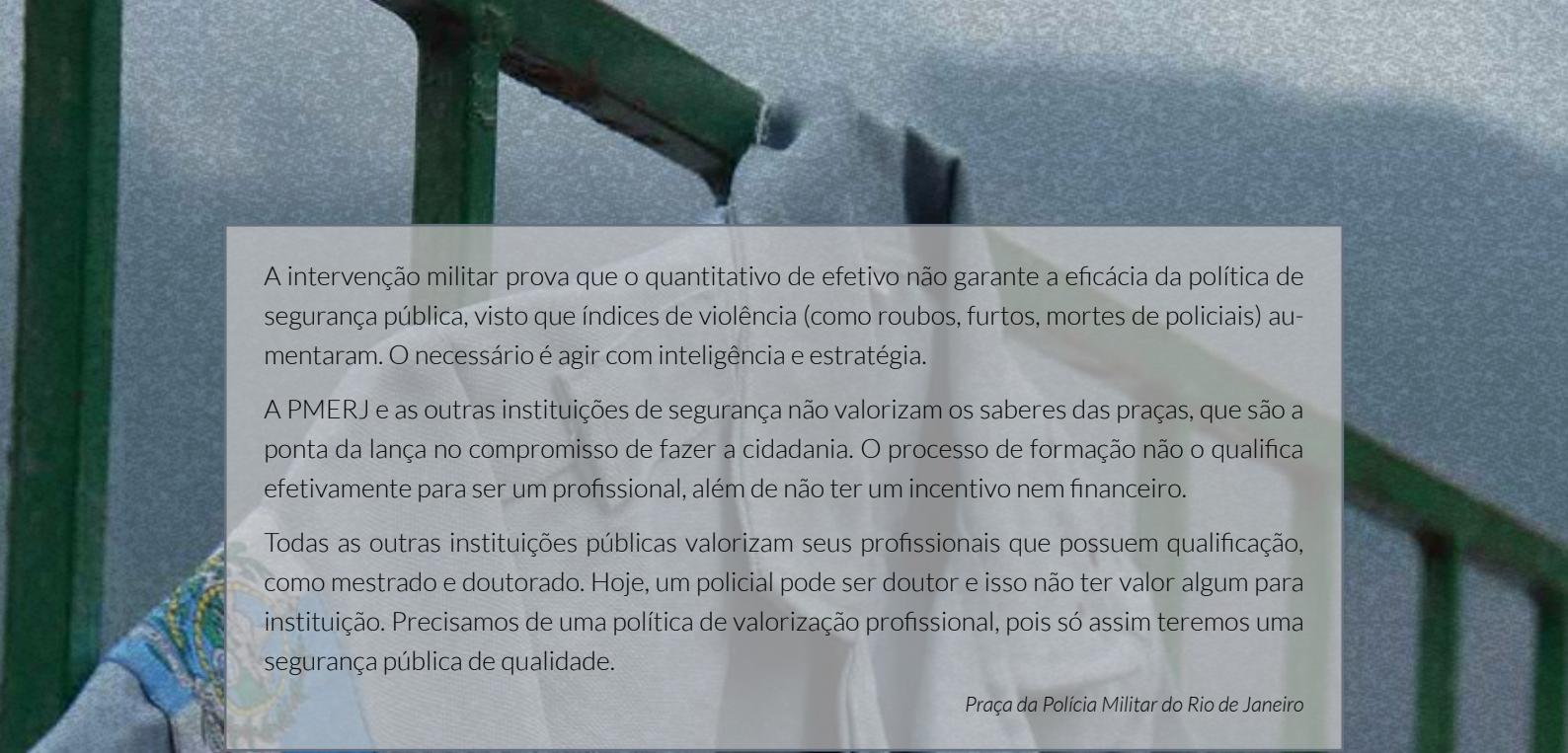
Quando a intervenção federal foi decretada no Rio de Janeiro, recebi essa notícia com tristeza. Ao meu ver, era notório que as forças federais estavam servindo como paliativo. Como seria uma intervenção sem planejamento? Pior ainda foi saber que a Vila Kennedy, pela terceira vez em sua história, serviria de “projeto piloto”.

De lá pra cá, novamente, vemos as forças armadas federais entrando em nossas vidas sem pedir licença. O impacto que os blindados do Exército causaram não há como descrever. Naquele momento eu cheguei até a me enganar, pensei que a presença das Forças Armadas poderia ser boa, até porque não tínhamos para onde ir, a realidade era, e é, essa, estamos em intervenção militar.

Porém, o maior golpe foi a ação da Prefeitura. Enquanto o Exército chegava com a cavalaria e os tanques de guerra, a Prefeitura aproveitou a oportunidade para derrubar dezenas de barracas na Praça Miami, símbolo do bairro. Em uma única ação, que segundo o General Braga Netto, não teve apoio do Gabinete da Intervenção, famílias tiveram seu ganha pão destruído.

O “projeto piloto” da intervenção vem resistindo a uma política de segurança sem planejamento, monitoramento, transparência e combate às drogas. Em seis meses de intervenção, tivemos uma ação social, operações, disparos de tiros, mortes, feridos, apreensões de armas e drogas, prisões e terror. Faltam as articulações com as demais secretarias do Estado, educação, cultura, saúde... conforme prometido no início do processo.

Vinicius Pierre é conselheiro do Observatório e midiativista no coletivo Viva VK

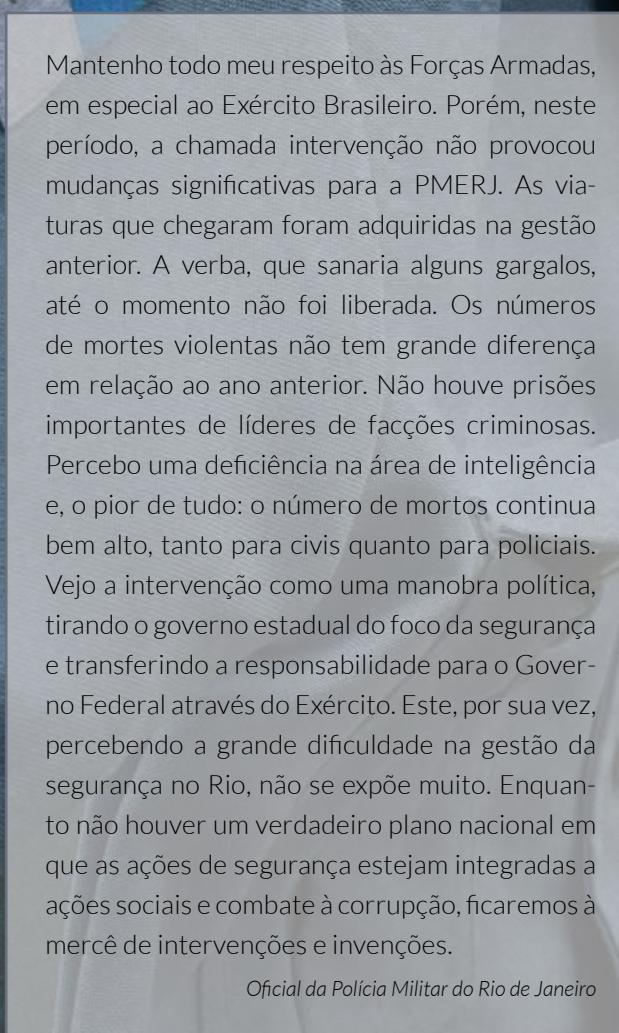


A intervenção militar prova que o quantitativo de efetivo não garante a eficácia da política de segurança pública, visto que índices de violência (como roubos, furtos, mortes de policiais) aumentaram. O necessário é agir com inteligência e estratégia.

A PMERJ e as outras instituições de segurança não valorizam os saberes das praças, que são a ponta da lança no compromisso de fazer a cidadania. O processo de formação não o qualifica efetivamente para ser um profissional, além de não ter um incentivo nem financeiro.

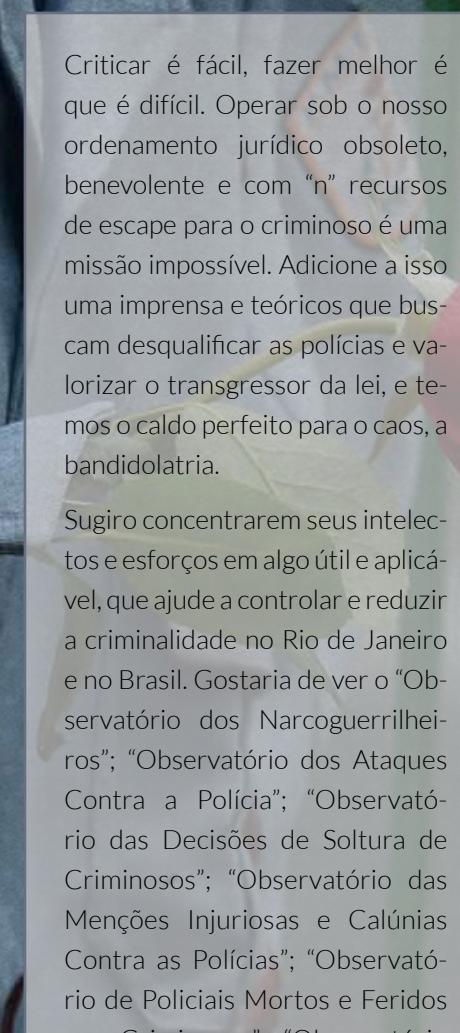
Todas as outras instituições públicas valorizam seus profissionais que possuem qualificação, como mestrado e doutorado. Hoje, um policial pode ser doutor e isso não ter valor algum para instituição. Precisamos de uma política de valorização profissional, pois só assim teremos uma segurança pública de qualidade.

*Praça da Polícia Militar do Rio de Janeiro*



Mantendo todo meu respeito às Forças Armadas, em especial ao Exército Brasileiro. Porém, neste período, a chamada intervenção não provocou mudanças significativas para a PMERJ. As viaturas que chegaram foram adquiridas na gestão anterior. A verba, que sanaria alguns gargalos, até o momento não foi liberada. Os números de mortes violentas não tem grande diferença em relação ao ano anterior. Não houve prisões importantes de líderes de facções criminosas. Percebo uma deficiência na área de inteligência e, o pior de tudo: o número de mortos continua bem alto, tanto para civis quanto para policiais. Vejo a intervenção como uma manobra política, tirando o governo estadual do foco da segurança e transferindo a responsabilidade para o Governo Federal através do Exército. Este, por sua vez, percebendo a grande dificuldade na gestão da segurança no Rio, não se expõe muito. Enquanto não houver um verdadeiro plano nacional em que as ações de segurança estejam integradas a ações sociais e combate à corrupção, ficaremos à mercê de intervenções e invenções.

*Oficial da Polícia Militar do Rio de Janeiro*



Criticar é fácil, fazer melhor é que é difícil. Operar sob o nosso ordenamento jurídico obsoleto, benevolente e com "n" recursos de escape para o criminoso é uma missão impossível. Adicione a isso uma imprensa e teóricos que buscam desqualificar as polícias e valorizar o transgressor da lei, e temos o caldo perfeito para o caos, a bandidolatria.

Sugiro concentrarem seus intelectos e esforços em algo útil e aplicável, que ajude a controlar e reduzir a criminalidade no Rio de Janeiro e no Brasil. Gostaria de ver o "Observatório dos Narcoguerrilheiros"; "Observatório dos Ataques Contra a Polícia"; "Observatório das Decisões de Soltura de Criminosos"; "Observatório das Menções Injuriosas e Calúnias Contra as Polícias"; "Observatório de Policiais Mortos e Feridos por Criminosos"; "Observatório das 'Reprisões' de Criminosos pela Polícia"; "Observatório das Propostas Concretas e seus Resultados, Concebidas por ONGs, Pesquisadores e Especialistas em Segurança Pública".

*Oficial da Polícia Militar do Rio de Janeiro*

Os efeitos da intervenção militar são difíceis de medir e avaliar, para quem trabalha na ponta. Não há como saber, de fato, de onde veio a ordem. Do comandante geral da PM ou do general do Exército?

Não percebo muita diferença após a intervenção no meu trabalho. Talvez uma acentuação do medo, uma vez que o Exército agora pode fazer inspeções nos batalhões. Um receio em dar conta de regulamentos militares precários que não se atualizaram no tempo. Uma necessidade de firmar melhor o caráter militar da Polícia Militar. Saiu em boletim que toda sexta feira é obrigatório ter uma formatura, uma espécie de solenidade do comandante do batalhão com a tropa, algo comum no Exército. Para isso, alguns policiais precisam aguardar após o término do serviço, cansados, pois a participação é compulsória.

Acredito que, em algum momento, os policiais esperavam que o Exército, ao ver as condições precárias de trabalho, fosse implementar melhorias, o que não aconteceu. Pelo menos, não em todos os batalhões. O que escuto é que, com o dinheiro investido na intervenção, poderíamos ter uma Polícia melhor, pois o saber da segurança pública quem detém não é o Exército, e sim as polícias.

*Praça da Polícia Militar do Rio de Janeiro*

Com os píacos resultados apresentados até o presente momento, a intervenção federal mostra a ineficácia do uso da força e do planejamento estritamente militares num contexto de segurança pública. Uma vez que é liderada, planejada e operada por militares do Exército, efetivamente trata-se de uma “ação de caráter militar”. Como é de praxe no Brasil, mais uma vez o vasto e complexo universo dos assuntos ligados à segurança pública é reduzido às “questões de polícia”.

*Oficial da Polícia Militar do Rio de Janeiro*

A chamada intervenção na segurança pública é uma manobra política clara. Os governos federal e estadual se utilizaram das instituições policiais, sempre muito enfraquecidas, para alcançar objetivos políticos escusos. Nossas tão honradas Forças Armadas são apenas objeto, cumprindo missão, sem capacidade técnica, sem estrutura material, humana e financeira adequadas e em um caos criminal que não começou no carnaval de 2018, e sim na década de 70. Foram covardemente lançadas à cova dos leões, com 10 meses para resolver problemas de quase cinco décadas, sem tempo hábil para as mudanças tão necessárias de médio e longo prazos. Quaisquer soluções fáceis para problemas difíceis são e serão mera atuação teatral para a adoecida plateia carioca.

*Agente da Polícia Civil do Rio de Janeiro*

## TARCÍSIO LIMA

Desde que vim morar em Manguinhos, vindo do Maranhão, a frase do Mano Brown – “o cheiro é de pólvora, eu prefiro rosas” – é comum por aqui. Vai vendo. Não descobri ainda o real motivo da intervenção decretada no Rio, mas, se o cotidiano já era violento, talvez até tenha piorado. O que mais me mata não são os inocentes da falsa guerra contra as drogas morrendo, é a normalização do genocídio pelos demais.

Em geral, a maioria só tem uma perspectiva diferente quando vê alguém que não era envolvido com o tráfico morto. O envolvimento com o crime é justificativa para a morte pro próprio favelado. “Ah, mas era envolvido”.

Invisíveis sociais. Enquanto a guerra não parar minha voz não se cala, contabilizando cápsula, com caneta vermelha pelo sangue derramado pela mão armada do Estado, que rouba merenda escolar e fabrica criminoso.

*Tarcísio Lima é colaborador da Agência de Notícias de Favelas*

## DOM LUCIANO BERGAMIN

A intervenção federal sobre a segurança do Rio de Janeiro, ao meu parecer, tinha como objetivo maior procurar as raízes profundas que causam tamanha violência no Estado para, em consequência, desmascarar e eliminar envolvimentos das milícias e facções com certos segmentos do poder público, em suas diversas dimensões. Creio que essa tentativa vai precisar de mais tempo e de muita inteligência, pois as raízes são profundas e entrelaçadas.

Quanto à presença e ação direta da intervenção federal na Baixada, não tenho conhecimento suficiente. O que sei é que, quando existe algo forte na Capital, quem mais sofre é o povo da área metropolitana, inclusive a nossa sofrida e amada Baixada que, infelizmente, ainda não recebe atenção e o cuidado merecidos.

Peço a Deus que continue iluminando os caminhos dos governantes e de quantos têm responsabilidade direta em relação à população.

Mas, também, estou plenamente convicto de que nós, os cidadãos e a sociedade em seu conjunto, somos co responsáveis por construir um Estado mais justo e fraterno.

Finalmente, acredito que não teremos justiça e paz somente pelo uso de armas; precisamos investir mais nas políticas públicas e na conscientização da urgência de tirar privilégios enormes de poucos, a fim de distribuir melhor as riquezas e as oportunidades para todos os cidadãos. Como propõe a Campanha da Fraternidade 2018 da CNBB, seremos capazes de construir um Rio de Janeiro mais feliz para todos através da superação das numerosas formas de violência. Neste empenho, todas as religiões têm um papel importante e indispensável.

*Dom Luciano Bergamin é bispo diocesano de Nova Iguaçu*

# CHARLES SIQUEIRA

## Convite à reflexão

Estamos em 2018, relembrando duas chacinas emblemáticas do Rio de Janeiro, e autorizamos novas em nome de um jeito ineficiente de ver a segurança pública. Pare agora por um minuto e relembre um tempo em que também você se sensibilizava com o valor de qualquer vida.

Perceba: os índices só pioram. Entenda de vez: repressão não é solução. Nas próximas semanas, estaremos discutindo o futuro imediato desse país. Aja contra qualquer ideário que promova matar outras pessoas pelo bem comum.

Charles Siqueira é conselheiro do Observatório da Intervenção e presidente do Instituto Pólen

CONSELHEIRO

WALTER DE MATTOS JR

## A intervenção veio tarde e tarda a dar resultados

Sou dos que já clamavam pela intervenção meses antes da mesma acontecer. Deveria ser ampla e não só na segurança. Não restam dúvidas de que o nosso estado está desgovernado há muito e, metido em um abismo fiscal, falha em quase tudo, sendo a segurança pública a face mais visível desse naufrágio.

Não só no Rio, mas em todo o país, não há governador que tenha condições de enfrentar sem ajuda externa o desafio da segurança, dada a força que as facções criminosas adquiriram. No Rio, as condições são piores ainda. Quero crer que não foram seis meses inúteis. Mas, passados seis meses, os resultados são pequenos e grande a frustração.

Frustra ver que as licitações para reequipar as polícias com R\$500 milhões só agora estão na rua. Frustra que haja incerteza quanto à continuidade da ajuda federal, dado que este projeto precisa de anos para nos levar de volta à normalidade. Frustra que não haja contato dos interventores com pessoas e grupos do Rio, que podem ajudar muito. E frustra que não se enxergue a atuação de uma força-tarefa federal multidisciplinar, alicerce essencial para a limpeza e mudança na forma de operar, não somente das polícias, mas também dos três poderes estaduais, corrompidos pelo crime.

Mesmo assim, mantenho a esperança de ainda ver os resultados desejados nos meses que restam desta fase da intervenção.

Walter de Mattos Jr. é presidente do grupo Lance!

FERNANDA TORRES

Quando a intervenção veio, tive a sensação de que os próprios militares não a queriam. Eles foram usados por uma agenda positiva do Temer, o que acabou colocando-os em uma fogueira de improviso complicada. Não condeno os militares. Eles foram usados como massa de manobra. Sem eles, não sei como o Rio estaria. Em fevereiro, não tinha mais para onde ir, estávamos em barbárie. Algun sentido de presença do Estado veio com a presença deles. Não acho que o problema é recorrer aos militares. Posso estar enganada, mas sinceramente acho que os caras foram postos num vespeiro.

O problema é a falta de estratégia, que é uma espécie de marca do Brasil: trabalhar no improviso, e sempre por questões de oportunismo político. O governo Pezão é um governo que jogou a toalha, sem nenhuma condição moral de enfrentar uma polícia corrupta, uma milícia que a princípio era tida como a “boa contravenção” e que hoje se aliou ao tráfico. Percebo que a estratégia até aqui foi “segura onde puder e leva com a barriga até a eleição”.

Fernanda Torres é atriz e escritora

# JOÃO PAULO CHARLEAUX

Como diretor da Abraji (Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo), estive em maio com o porta-voz da intervenção, no Rio, para levar perguntas, queixas e sugestões a respeito do relacionamento entre militares e jornalistas.

Discutimos temas pontuais, como a exigência de que as perguntas aos comandantes da intervenção fossem feitas por escrito, e a proibição da entrada de retardatários nas coletivas.

É interessante registrar, para além disso, a persistência do clima de desconfiança mútua que frequentemente marca a relação entre as Forças Armadas e os jornalistas no Brasil. A principal razão é a ditadura militar que vigorou entre 1964 a 1985, durante a qual muitos jornalistas foram censurados, presos, torturados e mortos. Há um ressentimento histórico justificado e não debelado. Isso se deve em grande medida ao fato de as Forças Armadas, no Brasil – pois em outros países, entre os quais o Chile, esse processo foi bastante diferente – relutarem em assumir responsabilidades por graves e sistemáticas violações de direitos humanos cometidas nesse período, incluindo crimes contra a humanidade sobre as quais pesam até mesmo condenações ao Estado brasileiro em cortes internacionais.

A missão de paz que o Brasil liderou no Haiti entre 2004 e 2017 contribuiu para uma relativa aproximação, mas essa experiência, baseada em grande medida num padrão de relações públicas, é insuficiente para contornar temas tão densos do passado.

A experiência da Abraji com o Gabinete da Intervenção, embora pequena e pontual, é o tipo de gesto que deve ser repetido e ampliado, tendo em vista que as Forças Armadas são parte importante do Estado brasileiro e da democracia, exercendo papel preponderante sobre inúmeros fatos de interesse público.

*João Paulo Charleaux é diretor da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji)*

# CECÍLIA OLLIVEIRA

Neste dia 16 de agosto completamos 155 dias sem Marielle Franco. E ela era muito mais que Marielle Franco, vereadora eleita pelo Rio com uma votação impressionante para uma candidata de primeira viagem. Ela era a Mari, amiga com a qual eu cruzava nos bares, no carnaval, nas discussões sobre a fracassada política de segurança do Rio. Amiga que foi notícia pelas minhas mãos.

“Tiros nas imediações da rua do Matoso, na Praça da Bandeira #TirosRJ #FogoCruzadoRJ”. Eu disparei esse alerta pelo Fogo Cruzado às 21h36 daquela quarta-feira. Foi a terceira vez em que eu notifiquei um tiro no Fogo Cruzado e ele atingiu uma pessoa que eu conhecia. Duas delas morreram. Duas delas eram da Complexo da Maré.

A violência armada vem piorando dia a dia na região metropolitana do Rio. Meu medo é que estas notícias sobre meus amigos não sejam as últimas.

*Cecília Olliveira é criadora do Fogo Cruzado e editora contribuinte do The Intercept Brasil*

JORGE ANTONIO BARROS

## Falta diálogo com a sociedade

Não resta dúvida de que a intervenção federal na segurança pública do Rio completou seis meses sem mostrar a que veio. E, pior, sem o mínimo de transparência, que hoje em dia é característica fundamental na postura do ente público. Especialistas em segurança têm dito que o cerco às comunidades pobres apresentou apenas ações paliativas e nenhuma preocupação em deixar qualquer legado na área da segurança pública, uma das mais castigadas pelo poder público fluminense. Como se não bastasse, durante a intervenção houve a execução da vereadora Marielle e de seu motorista, Anderson, possivelmente praticada por grupos ligados à milícia, numa afronta ao estado democrático de direito.

Apesar de ter contado com o apoio da maioria dos fluminenses, segundo pesquisas de opinião, a intervenção na segurança, talvez por isso, não se preocupou em nenhum momento em apresentar um plano de segurança com metas e prioridades. Embora o interventor, general Braga Netto, tenha ido a várias palestras em algumas instituições, não há sinal de preocupação em dialogar com a sociedade. Recentemente, o gabinete da intervenção recusou receber representantes de favelas, que criaram a Comissão Popular da Verdade. Para agravar a situação, os jornalistas muitas vezes são convidados a se retirar durante exposições públicas do referido general.

A impressão que fica é a de que, em nome da segurança e do sigilo das informações, não há o compromisso de dar satisfação ao público. Não deveria ser assim. Afinal, segurança pública é dever e direito de todos.

*Jorge Antonio Barros é integrante da diretoria do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Município do Rio*

## EDU CARVALHO

Marielle, Anderson, Marcos Vinicius. Armas apreendidas, operações, policiais mortos. Caveiros voadores a passear pelo céu, muitas vezes às cinco ou seis da manhã. Mais de quatro mil tiroteios, onde as balas que são perdidas acham um único lugar: as favelas. Trabalhadores e estudantes recorrendo a aplicativos para saber se podem ou não chegar com tranquilidade às favelas onde moram. Na Rocinha não é diferente. Sensação de medo e impotência, alinhada à probabilidade de que esse corpo negro, favelado e periférico possa se tornar mais um dado na capa do jornal. Possa não: é. Vamos desperdiçando planos de segurança e de inteligência, que já haviam sido compartilhados há décadas por gente que trabalha, realmente, em busca de melhorias de um quadro tão importante para a sociedade. Mais do que isso: perdemos pessoas, possibilidades. Até aqui, este é o cenário produzido pela intervenção federal ao completar seus seis meses. Faltam apenas mais quatro, e infelizmente eu não sou tão otimista. Deveria?

*Edu Carvalho é conselheiro do Observatório e repórter do site Rocinha.com*

CONSELHEIRO

## EM RESUMO, APÓS SEIS MESES

1. Interesses políticos do Planalto motivaram a decretação da intervenção na segurança do Rio de Janeiro. O emprego desta medida de força federal para enfrentar uma crise de violência local torna-se ainda mais preocupante com a entrega do comando da segurança no estado aos generais do Exército, um movimento que fortalece o militarismo no país.
2. A despeito da situação crítica do Rio de Janeiro na época, com o estado inadimplente e sem capacidade de pagar servidores, inclusive policiais, havia soluções. Tanto é assim, que os recursos federais destinados à intervenção ainda não foram empregados. Na verdade, a compra de viaturas, o pagamento dos salários atrasados e a solução de outras emergências estão sendo realizados com recursos do governo estadual, obtidos através de empréstimo da União. Até aqui, tudo o que está sendo realizado poderia ser feito com apoio do Governo Federal, sem necessidade de um decreto de intervenção, que paralisou o Congresso Nacional.
3. A implantação do Gabinete da Intervenção Federal (GIF) acontece simultaneamente à vigência do decreto que permite as operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) e à criação do Ministério da Segurança Pública (MSP) e do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP). Tudo indica que essas iniciativas não estão articuladas do ponto de vista administrativo e orçamentário. A intervenção não criou um modelo coordenado de governança.
4. Passados seis meses da intervenção, os indicadores mais relevantes para a segurança pública ainda são inaceitáveis. Homicídios e chacinas continuam extremamente altos; mortes decorrentes de intervenção policial e tiroteios aumentaram. As disputas entre quadrilhas, incluindo milicianos, fugiram ao controle em diversas áreas. A ausência de elucidação de crimes emblemáticos e a falta de respostas a perguntas reiteradas de pesquisadores e jornalistas mostram fragilidade no comando.
5. O crescimento do número de operações espetaculares, que empregam milhares de agentes para apreender poucas armas e raramente desarticular quadrilhas, é a grande marca da segurança no Rio nos últimos meses. Medidas de reestruturação só beneficiaram quatro dos 39 batalhões fluminenses e também são escassas no sistema penitenciário. Políticas de desarticulação de esquemas de corrupção policial não tem sido priorizadas, contrariando as promessas iniciais dos interventores.

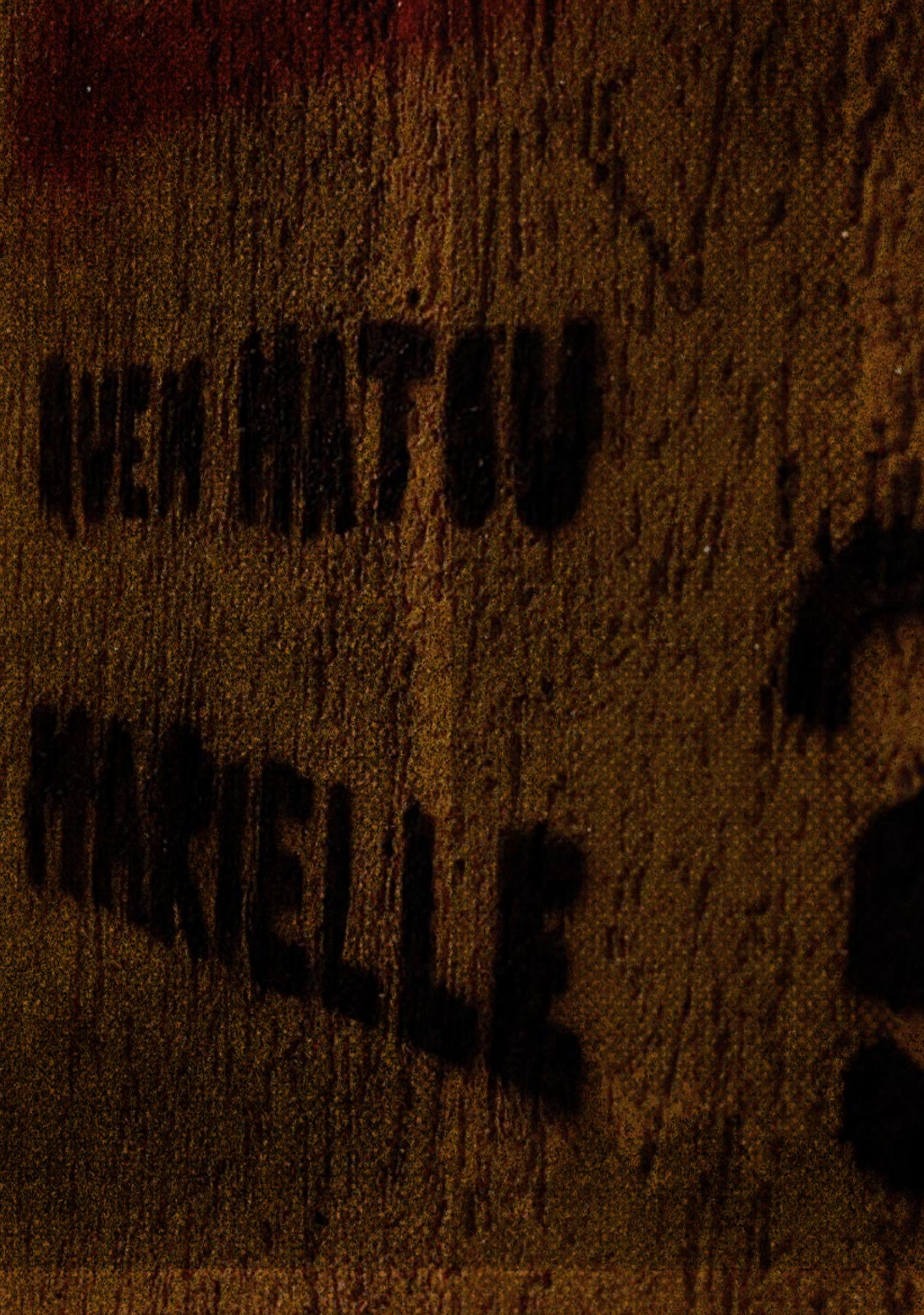
6. A Baixada Fluminense e São Gonçalo tem problemas históricos de violência, que nunca foram enfrentados com seriedade e consistência. É inconcebível que políticas de segurança desenvolvidas em 2018 ainda não coloquem municípios da região metropolitana no centro de suas metas. Queimados foi apontado recentemente como o município com a maior taxa de mortes violentas do Brasil. Com 130 mil habitantes e 174 homicídios, não é difícil reduzir drasticamente esse índice, em poucos meses. Esta deveria ser uma questão de honra para o Gabinete da Intervenção. Outros municípios, como Campos e Angra dos Reis, passaram a sofrer com níveis inaceitáveis de violência, que exigem planos e ações específicas.
7. Cargas não podem ser mais importantes do que vidas. O foco das políticas da intervenção na redução do roubo de cargas na região da Pavuna (com alocação de militares e policiais nessa área de concentração) demonstra que, quando prioriza um objetivo, a polícia consegue resultados. No entanto, essa redução também depende da desarticulação das máfias de receptação de mercadorias. Do contrário, os assaltos simplesmente serão deslocados para outras áreas. A redução de crimes não pode depender apenas do aumento de contingente nas ruas. Por fim, é importante refletir sobre a primazia do combate a esse tipo de delito, estabelecida pelo comando da intervenção em atenção às demandas de empresários. Em qualquer plano de segurança pública, os crimes contra a vida precisam ser a primeira e indiscutível prioridade.
8. Militares são especialistas em defesa e estão preparados para guerras. Violência e criminalidade urbanas envolvem questões sociais, demandam diagnósticos rápidos de fenômenos que se alteram constantemente, requerem capacidade de gestão de diferentes entes públicos e experiência em inteligência, investigação e técnicas policiais. O modelo de segurança que está sendo implementado durante a intervenção é baseado em concepções de guerra, envolvendo gabinete, operações, tropas e equipamentos de combate. Não é questão de boa vontade, é questão de especialidade.
9. O risco de desgaste da imagem das Forças Armadas ao final da experiência da intervenção é real. Avaliações em pesquisas amostrais nos últimos anos indicam melhor reputação dos militares em comparação com polícias e guardas municipais. Exército, a Marinha e a Aeronáutica são as “forças amadas”, e estão ranqueados em posição melhor que a Polícia Militar e a Polícia Civil, junto com os Bombeiros e a Polícia Federal. A experiência da intervenção no Rio de Janeiro pode colocar em questão a reputação das Forças Armadas e isto não é bom para os militares, nem para o país.

# VIOLÊNCIA TEM SOLUÇÃO

Silvia Ramos - Coordenadora do Observatório da Intervenção

É possível reduzir mortes violentas, a curto prazo, com políticas de segurança orientadas para a proteção da vida. Mesmo sem contar com as mudanças estruturais necessárias para transformar a segurança pública no país (como reforma das polícias, mudança das políticas de drogas, reforma do sistema penitenciário etc.) é possível reduzir os fenômenos mais agudos de violência letal. Estados e cidades do Brasil e do mundo já realizaram experiências bem-sucedidas de redução de homicídios. Apesar do que alguns dizem, o Rio não é “um caso perdido”. É um caso de políticas de segurança erradas.

1. Para reduzir homicídios é imperioso **priorizar a elucidação desses crimes**, especialmente as chacinas (isto é, homicídios múltiplos, com três mortes ou mais). A desarticulação de grupos que cometem crimes em série produz forte impacto na redução do fenômeno. **A desarticulação de quadrilhas deve ser baseada no uso de inteligência**, com a prisão de criminosos, preferencialmente, fora de sua área de controle territorial, para evitar reações, conflitos e ameaças à população.
2. O esclarecimento de homicídios tem dupla função: **permite entender as dinâmicas sociais** que resultam em mortes violentas (incluindo as motivações e práticas criminais); e **transmite a mensagem, para a sociedade, os criminosos e a polícia**, de que grupos de extermínio, milícias e quadrilhas serão desarticulados.
3. A arma deve estar no centro das preocupações da segurança. É necessário alocar recursos materiais e de inteligência para **estancar o ingresso de armas e munições nas áreas mais atingidas por conflitos**. Também é importante intensificar o trabalho preventivo para diminuir a circulação de armas, inclusive de pequeno calibre, especialmente entre jovens e em escolas, através de campanhas e parcerias com lideranças comunitárias.
4. No caso do Rio de Janeiro, é essencial **reduzir a letalidade policial**. Nos primeiros cinco meses da intervenção, a polícia foi responsável por 27% do total de homicídios. Em algumas áreas, essa proporção atinge 35%. Para reduzir a letalidade policial é necessário **desarticular esquemas crônicos de corrupção em batalhões e delegacias**, trocando comandos e guarnições inteiras. Em algumas áreas, é necessário impedir a circulação de políticos, cabos eleitorais e representantes de “grupos comerciais” em unidades policiais.
5. É necessário **reduzir os confrontos** e evitar que criminosos atirem como primeira reação de defesa. Priorizar a presença policial em áreas onde ocorrem tiroteios, transmitindo a mensagem de que, onde houver disparos, haverá maior repressão a atividades ilegais com fins de lucro.
6. É preciso desenvolver **modelos de segurança menos dependentes de presença física de policiais militares e do uso da força**. O aprimoramento de mecanismos de gestão e monitoramento é essencial, com a adoção de campanhas e medidas para estimular as notificações; ampliação e modernização dos sistemas computadorizados; avisos automáticos de concentração de ocorrências em uma localidade (os chamados hot spots); sistemas automáticos de alerta da polícia; e **integração entre polícias, guardas municipais e sistemas de vigilância privada**, entre outros.
7. No caso do Rio de Janeiro, é urgente **combater o desalento e desenvolver casos-modelo**, cuidando particularmente de cidades da região metropolitana com altas taxas de homicídios, para mostrar que violência tem solução. Políticas de segurança podem salvar vidas – em vez de exterminá-las.



## INSTITUIÇÕES APOIADORAS



PROCURADORIA FEDERAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO - MPF / COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS - ALERJ  
COMISSÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO DA INTERVENÇÃO

## PARCEIROS DE PRODUÇÃO DE DADOS



## APOIADORES



## REALIZAÇÃO



OBSERVATÓRIO DA  
INTERVENÇÃO



Centro de Estudos de Segurança e Cidadania

[www.observatoriointervencao.com.br](http://www.observatoriointervencao.com.br)